

**Expediente**

**Diretor Geral do Campus São Paulo:**

Prof. Me. Luís Cláudio de Matos Lima Júnior

**Vice-Diretora do Campus São Paulo:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rebeca Vilas Boas Cardoso de Oliveira

**Diretor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do Campus São Paulo:**

Prof. Dr. José Carlos Jacintho

**Editor Gerente (v. 4, n. 1, jan-jun 2020):**

Prof. Dr. Jorge Rodrigues de Souza Junior

**Volume Especial: O Golpe de 2016 e o futuro da democracia**

**Organizador do volume:** Prof. Dr. Carlos Eduardo Pinto Procopio

**Revisão preliminar:** Prof. Dr. Jorge Rodrigues de Souza Junior

**Revisão final:** Prof. Dr. Jorge Rodrigues de Souza Junior

**Editoração:** Prof. Dr. Jorge Rodrigues de Souza Junior

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO  
PAULO

CAMPUS SÃO PAULO

Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação – DPE

<https://spo.ifsp.edu.br>

Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé, São Paulo/SP.

Tel.: (11) 2763-7640

Endereço eletrônico: [revistaposgere@gmail.com](mailto:revistaposgere@gmail.com)

## APRESENTAÇÃO: O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA

**Carlos Eduardo Pinto Procopio**

*MACHADO - Tem que ter um impeachment.*

*JUCÁ - Tem que ter impeachment. Não tem saída.*

*MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].*

*JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.*

*MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.*

*JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.*

*MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.*

*JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto.*

*JUCÁ - [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.*

*JUCÁ - Eu acho que tem que ter um pacto.*

[Gravação da conversa entre Sérgio Machado e Romero Jucá (trechos selecionados)].

Entre abril e junho de 2018, o Departamento de Humanidades do campus São Paulo do IFSP, sob minha responsabilidade, organizou um ciclo de debates sobre o Golpe de 2016. Naquela época já se avolumava cursos e seminários sobre o tema, tão volumosos como os atos de repúdio e processos que alguns colegas receberam por colocam em evidência as entranhas da história recente da política brasileira. Em algum grau, o curso do IFSP também foi objeto de vigilância. Por medo ou covardia, uma versão do cartaz de divulgação foi modificada, após telefonemas de colegas de departamento que estavam preocupados com algum tipo de represália. Acatei, relutante, a modificação do cartaz. Estes foram pregados aos montes pelas paredes do Campus São Paulo e divulgados maciçamente nas redes sociais. Das centenas de inscritos, entre 40 e 50 compareceram nas palestras que aconteceram no período.

O Ciclo contou com 14 pesquisadores: 12 do IFSP (oriundos de vários campi), 1 da USP e 1 da UNILA. Estes falaram de processo político, lulismo, o papel da imprensa, imaginário, as agendas em curso, o lugar das religiões, a universidade, repressão, censura, arte e juventude. Destes pesquisadores, por motivos de várias ordens, 4 puderam mandar seus textos para este dossiê. Mesmo que apenas uma amostra da qualidade do debate travado no prédio da Rua Pedro Vicente 625, são contribuições de fôlego e que trazem uma leitura criativa sobre a aquele momento. São reflexões interessantes sobre uma das verdades que assolou o território brasileiro, gostem ou não do enredo da maléfica trama. E por ser verdade o que se passou entre nós, deve ser dita muitas vezes ao risco de serem deixadas ao esquecimento, para citar uma notável passagem do Ensaio sobre a Lucidez, do Saramago.

Nós percebíamos, como intelectuais, que a história passava aos nossos pés. A nova república agonizava. Apesar de nova, entrava em vias de colapso, que certamente faria ela padecer. Desde o recebimento do pedido de impeachment por Eduardo Cunha no Congresso Nacional até o dia 7 de abril, quando inauguramos o curso, já se passavam 28 meses. Derrubaram uma presidenta eleita e que apesar da habilidade política reduzida, era inegavelmente honesta. A história provou, não tardou poucas dezenas de meses depois. Os rumos do país mudaram a partir daí. A impressão era de que as coisas perderam as estribeiras e que estávamos a caminhando para um futuro do passado (Se a Dilma não tivesse sido deposta... Se o Lula tivesse sido candidato etc.). Nosso mal estar ampliava-se diante da possibilidade de Lula ser preso a partir de um processo que todos duvidam de sua fundamentação, a não ser seus executores. Isso de fato veio a ocorrer antes mesmo do final do nosso curso. A resistência, que foi pacífica, mas dura, ganhou um tom de *via crucis*. Lula se transformou em uma ideia e embalou os confins do Brasil profundo, atravessando as retóricas de projetos políticos e se convertendo em nossa teleologia. O desfecho de feliz não tem quase nada, uma vez que outra ideia, guardada na intimidade de outros milhões de brasileiros, não só saiu às ruas, mas compareceu às urnas, para sepultar um sonho de esperança e justiça social.

Uma ideia que estava em jogo na época do curso era a de golpe, enquadramento que disputava com outros a compreensão do processo de impedimento de Dilma. Um golpe de estado envolve uma miríade de interpretações, desde quem faz/realiza o golpe (os atores) até como é feito o golpe (a forma do ato). Mas há uma forma compreensiva

que atravessa topas as interpretações: “golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado” (militares, judiciário, legislativo, executivo etc.). Fruto do capricho daqueles que ocupam posições no estado ou da quebra de regras consolidadas que são revertidas, invertidas ou quebradas em benefício de um conjunto de interesses. De origem francesa, ao pé da letra significa a “violation délibérée des formes constitutionnelles par un government, une assemblée ou un groupe de personnes qui détiennent l'autorité”.

A principal pergunta que se faz diante de casos de golpe de estado é “**quem faz**” o golpe? Ao longo do século 20, especialmente a partir de seus meados, o principal ator nesses contextos seriam os chefes militares (América Latina, África e Sudeste Asiático), mas há casos onde os próprios chefes de estados ou grupos formados em seu interior se performaram como os operadores do golpe. Vemos atores envolvidos e seus interesses em mudar a ordem democrática assentada sobre princípios mais universalistas em benefício de uma perspectiva mais exclusivista de organização da vida social. Nem todos os golpes se desenvolveram para uma perspectiva totalitária (monopólio dos meios de comunicação, monopólio do uso da força e da violência, do uso maciço da propaganda, da escolha de um inimigo comum etc.). Mas todos eles mudaram o rumo dos países na qual eles foram implementados. Uma quebra de uma tendência que além de ser substituída por outra é combatida ao ponto de ser diluída. Os golpes parecem sempre ser muito cirúrgicos.

4

---

Com isso como preâmbulo, os textos que se seguem vão discutir o que passou em 2016.

Jorge Rodrigues Souza Junior analisa a relação da imprensa com o Golpe de 2016. Tomando como referência a teoria da análise do discurso materialista, o eixo de discussão se coloca sobre a (im)parcialidade da mídia, especificamente a jornalística, através da análise de capas de revistas e de jornais da época que retrataram esse acontecimento.

Sônia Regina Martins compara o golpe de 1964 com o golpe de 2016, lançando mão da sociologia política marxista para apresentar as contradições que levaram a consumação de cada um destes processos.

Marcos Alexandre Capellari se dedica a discutir os papéis desempenhados pela juventude durante o período que culminou no golpe de Estado de 2016. Para tanto, reflete sobre a construção do imaginário relativo à “juventude” a partir da década de 1960. Por mais que o comportamento da juventude não foi uniforme, Capellari considera que as ações de alguns de seus grupos ajudaram a criar as condições para o golpe.

Marcos Tarcisio Florindo discute o papel da repressão policial na elaboração das práticas de controle social e político ocorridos no Brasil durante a vigência do regime republicano. Atenta-se aos períodos de autoritarismo e de ruptura institucional, nos quais, segundo o autor, a demanda por práticas de atuação policial baseados na violência e na intimidação tornam-se corriqueiras e mais usuais, atingindo diversos segmentos da sociedade. O artigo debruça sobre as perspectivas de imposição da força inauguradas pelo golpe jurídico parlamentar ocorrido em 2016, procurando delimitar suas diferenças e semelhanças com os momentos de ruptura anterior e as possibilidades de utilização do aparato de repressão do Estado, isto no contexto do acirramento dos conflitos sociais devido a imposição de uma agenda política de austeridade e de contenção de gastos, a qual atinge com mais intensidade os setores populares da sociedade.

Por fim, o texto de Tatyana Murer Cavalcanti procura se debruçar sobre os impactos causados pelo curso O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil (UnB/2018) no debate sobre autonomia universitária. Ao demonstrar que a universidade como espaço de produção de produção de conhecimento e disputas de significados sociais foi um ganho histórico, caberia a nossa intelectualidade buscar a manutenção da autonomia, por meio de resistência e enfrentamento aos poderes instituídos.

## A RELAÇÃO DA IMPRENSA COM O GOLPE DE 2016: ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A (IM)PARCIALIDADE DA MÍDIA<sup>1</sup>

Jorge Rodrigues de Souza Júnior<sup>2</sup>

### RESUMO

Discutiremos a relação da imprensa com o processo de afastamento da presidenta da República Dilma Rousseff, evento que ficou conhecido como o *golpe de 2016*. O eixo de discussão será a (im)parcialidade da mídia, especificamente a jornalística, através da análise de capas de revistas e de jornais da época que retrataram esse acontecimento. Este trabalho é discutido sob o viés teórico da Análise do Discurso materialista, teoria do ramo da Linguística que possui um imbricamento com outras disciplinas das ciências humanas, com um arcabouço teórico produtivo para o estudo dos efeitos de sentidos materializados na língua, principalmente aqueles vinculados a noções de transparência e de evidência de verdade. Contextualizado nosso lugar, cabe referir que este trabalho está dividido em três partes: a apresentação do lugar teórico e o que baliza a Análise do Discurso Materialista; trabalhos de analistas de discurso que estudaram o *Golpe de 2016* e a análise discursiva de capas de revistas semanais e de jornais sobre o contexto político do *Golpe de 2016*.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso Materialista; Golpe de 2016; Análise Discursiva; Gênero Jornalístico.

6

### A Análise do Discurso materialista enquanto teoria e método

A Análise do Discurso materialista (doravante AD), enquanto disciplina da Linguística, dialoga com a Psicanálise e com outras ciências humanas. Nesse imbricamento, segundo MAZIÈRE (2007), a AD

- (...) [leva em consideração] a língua enquanto objeto construído pelo linguista (...) enquanto situadas em um espaço-tempo;
- (...) tem uma dupla relação com as heranças descritivas das línguas: (...) a gramática, as sintaxes e os vocabulários;
- (...) configura os enunciados a analisar em corpora construídos, geralmente heterogêneos, segundo um saber assumido, linguístico, histórico, político e filosófico;
- (...) propõe interpretações (...) levando em conta dados de língua(s) e de história, tomando em consideração as capacidades linguísticas reflexivas dos sujeitos falantes, mas também recusando pôr na fonte do enunciado um sujeito enunciator individual que seria ‘senhor em sua própria casa’ (MAZIÈRE, 2007, p. 9).

---

<sup>1</sup> Texto referente à aula ministrada no curso de extensão “O golpe de 2016 e o futuro da democracia”, oferecido pelo IFSP em 2018.

<sup>2</sup> Doutor em Letras pela USP e professor EBTT do IFSP Campus São Paulo.

A AD postula que todo discurso é constituído por uma memória discursiva, constituída por discursos produzidos anteriormente – o *já-dito*, materialidade essa construída ao longo da história cuja origem é impossível de ser discernida. Em relação ao sujeito que enuncia, segundo a perspectiva da AD adotada a partir da psicanálise, tampouco é possível de afirmar que ele seja único e totalmente consciente sobre o que diz: o inconsciente atua, nesse sujeito, de maneira que esse tivesse a ilusão de possuir a autoria de seu dizer, ou seja, de ser autor de seu discurso (já produzido desde outro lugar). Como fruto desse processo desencadeado pelo inconsciente (fruto de um *esquecimento*), ocorrem vários processos de apagamento, nos quais não é possível detectar a origem de um dizer e, ao mesmo tempo, resultam para esse sujeito a “sensação” de ser dono e origem de seu dizer. Para compreender esse processo, em que o sentido é produzido “fora” e antes do “sujeito” (e também, previamente a todo ato de enunciação<sup>3</sup>), a AD coloca em relação de análise a rede de sentidos a que todo discurso está filiado, rede constituída na história, em que os sentidos se organizam em diferentes formações discursivas<sup>4</sup>, materializadas em todo ato enunciativo – e que também são atualizadas nesse ato.

Conforme o aparato teórico da AD, na linguagem, frente às condições de produção de todo discurso, o sujeito se afeta pelos sentidos (em um processo inconsciente), identificando-se e constituindo-se em determinadas posições: se sujeita à língua, frente a uma memória discursiva, e também aos silenciamentos que determinam e legitimam determinados sentidos e apagando outros, sentidos esses pautados por uma ideologia. Seria pela ideologia a produção de evidências em um determinado discurso, ao apagar as

---

<sup>3</sup> Segundo as teorias enunciativas da linguagem, é o ato individual de utilização da língua por um sujeito, cujo resultado, o enunciado, nunca se repete.

<sup>4</sup> Segundo Haroche, Henry e Pêcheux, “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: (...) não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam. (...) as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE, HENRY & PÊCHEUX, 1971). Vinculam-se às formações ideológicas, representações formadas através de práticas sociais de um dado contexto sócio-histórico. Pelo conceito de formação discursiva, analisa-se o efeito da ideologia sobre a materialidade linguística: uma mesma palavra pode “adquirir” diferentes sentidos, conforme as formações discursivas que atuam sobre ela, em um determinado contexto de enunciação. Tal conceito é fundamental para a discussão de que uma palavra nunca terá um sentido fixo, mas sim movente, conforme as condições de produção do enunciado, permeado por formações discursivas vinculadas a formações ideológicas.

contradições históricas de uma determinada posição (como se essa fosse a única possível, dentre outras).

A AD postula a impossibilidade de um discurso imparcial e comunicativo: ao enunciar, o enunciador assume uma posição (posição-sujeito), cuja realização se dará conforme as condições de produção dessa enunciação e as formações discursivas mais evidentes, efeito da ideologia e do inconsciente. Também atuam nessas condições de produção:

- as posições-sujeito do interlocutor (posições também definidas pelas condições de produção dessa enunciação e pelas formações discursivas presentes em sua enunciação e que se tornam evidentes por um efeito da ideologia e do inconsciente);
- as antecipações imaginárias dos interlocutores em relação a si, ao outro, sobre a situação empírica em que estão envolvidos e sobre o que está sendo dito;
- e as formações discursivas que permeiam todo discurso (ditas em outro lugar).

Pela AD reconhece-se que o sujeito está frente a um conjunto de discursos que possibilita o seu próprio dizer – o *interdiscurso*, como a memória do dizível (o que foi dito antes) que lhe fornece os sentidos (a dizer e a interpretar). A atualização dessa memória se dá na formulação, no fio do discurso, denominado de *intradiscurso*, em um processo em que aparentemente o sujeito possui “liberdade” ao “escolher” as palavras a serem ditas. Entretanto, como dissemos anteriormente, o sujeito “fala” conforme uma posição-sujeito permite dizer (posição determinada ideologicamente) frente a outras possibilidades, por meio de formações discursivas concomitantes e contraditórias.

Se uma determinada formação discursiva define o que pode e deve ser dito a partir de uma posição-sujeito, numa conjuntura dada, num mesmo texto podemos encontrar enunciados derivados de várias formações discursivas. Ou seja, as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito já estão previstas, visto que circulam entre esta ou aquela formação discursiva que compõe o interdiscurso, sob dadas condições de produção, produzidas na história. É, pois, no espaço de circulação, no movimento dentro/fora de formações discursivas que ora funcionam como dominantes ora como dominadas, que se constitui o sentido de um texto aparentemente unitário (ou pelo menos com uma estrutura única).

Para a AD a ideologia ocupa lugar central na configuração dos sentidos. Com relação a ela, um texto não pode constituir-se homogeneamente, uma vez que a ideologia apresenta descontinuidades e contradições, que são justamente representadas no texto pelas diferentes posições do sujeito (cf. ORLANDI, 2008, p.54). A organização textual, que tem como resultado a aparente unidade do texto, é produzida sob o efeito de um trabalho de autoria que confere, a essa dispersão de sentidos que remetem a diferentes posições, uma organização, o que Orlandi (idem) define como *função-autor*. Dessa forma justifica-se a afirmação, realizada anteriormente, da impossibilidade de haver um discurso imparcial e comunicativo: ele sempre será contraditório e mobilizará diferentes interpretações, conforme as formações discursivas e ideológicas que atuam na materialidade linguística, cada uma delas com sentidos que serão mais evidentes que outros conforme a ideologia – e o efeito desta nos sujeitos.

A partir dessa perspectiva teórica, relativiza-se a função da intenção do sujeito e questiona-se sua autonomia através da busca dos mecanismos discursivos que, em sua relação com a ideologia, produzem tal autonomia (ORLANDI, 2008, p. 69-70). A AD considera que o lugar de onde o sujeito fala como enunciador (a *função-autor* de todo enunciado) funciona como regulador de sentidos, ao promover a aparente unidade que a estrutura de um texto convoca, a unidade a partir de uma dispersão de discursos e sentidos produzidos ao longo da história.

Dessa forma, seria material de interpretação e de análise, por parte do analista do discurso, “o processo de produção das evidências” (cf. ORLANDI, 2004, p. 44) dos sentidos, e não especificamente as evidências em si mesmas, enquanto materialidade – mas o que dá base a elas e de quais lugares são produzidas.

Contextualizado o lugar teórico de onde falamos, a seguir apresentaremos trabalhos realizados, a partir dessa perspectiva, sobre o *golpe de 2016*, especificamente enunciados produzidos pela imprensa sobre esse tema.

### **Trabalhos de analistas de discurso que trataram sobre o Golpe de 2016**

A noção de *acontecimento discursivo*, definida por Pêcheux (1983) como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” explicaria a emergência de alguns trabalhos de AD que trataram sobre o *golpe de 2016*. Tal evento gerou posições favoráveis

e contrárias ao evento e foi determinante para entender o processo político brasileiro, mobilizando uma grande gama de discursos, principalmente por parte da mídia impressa. Dessa forma se constituiu um rico *corpus* para entender não somente aquele momento histórico, mas também para entender a vinculação ideológica das instituições e dos sujeitos envolvidos nesse processo.

Além disso, os gêneros discursivos que compõem a esfera de circulação da mídia sempre atraíram a atenção de analistas do discurso devido a:

- ser voz de instituições estabelecidas socialmente (mercado, governo, grupos políticos hegemônicos);
- pela circulação de seus enunciados (gêneros discursivos diversos que projetam diferentes materialidades e leitores, além de ter sua circulação facilitada institucional e economicamente);
- pela contradição do imaginário de imparcialidade desses discursos (quase sempre irreal, visto que a imparcialidade é impossível) defendida pelas instituições jornalísticas e validade pelo senso comum.

Segundo Medeiros (2008):

No caso da mídia impressa há uma memória que se ancora no ideal de que a essência do jornalismo é a (in)formação (formação prévia): o dever de informar e o direito que os cidadãos têm de ser informados. Este ideal tem uma história e seu desenrolar é marcado por dizeres, por formas e por sentidos que não são aleatórios, tampouco estanques; eles se delineiam na linguagem que, nas palavras de ORLANDI [ORLANDI (2001, p. 17)], “tende a formular-se, dar-se corpo”.

10

---

Para Payer (2005) o enunciador de um discurso midiático realiza uma *performance* de linguagem que visa imprimir um domínio sobre o que fala, gerando o efeito de impressionar os interlocutores, ao convencê-los através da produção de evidências de sentidos (sentidos que seriam difíceis de serem discutidos ou refutados, cujo conhecimento seria aceito por todos). Seria inerente ao discurso midiático a produção de um discurso fortemente evidente, com apresentação de dados e sob um efeito de “objetividade” que garantiria seu efeito verídico. Segundo a autora:

Desta *performance* faz parte um modo de enunciação certo e firme, sem indecisões, tropeços, sem reticências ou rupturas sintáticas. Em suma: um modo de *enunciação determinado*, que produza efeitos de certeza (PAYER, 2005).

Em relação à circulação da palavra *golpe* na mídia brasileira durante o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da República, em 2016, Possenti (2016c) considera que “um dos efeitos do sentido prototípico de golpe leva a entender implicitamente golpe como golpe militar (eventualmente violento, com suspensão de direitos), como alguns enunciadores fazem” (idem, p. 1089), tratando-se, então, de uma palavra: “[...] fortemente negativa, disfórica” (idem). Segundo o autor, comumente não se assume de forma explícita um golpe ou que alguém assuma ser um golpista. Nessa reflexão, segundo Possenti, tal funcionamento pode ser comprovado em relação ao *golpe de 1964*, definido por seus apoiadores como *revolução*, o que explicaria a rejeição a esse termo, por parte de alguns setores da sociedade, de nomear como *golpe* o ato político de impedimento da presidenta. Por outro lado, a palavra *golpe* foi legitimada por setores que apoiavam o governo naquele momento. Nesse sentido, isso remete à formulação de Orlandi de que os

dizeres não são (...) apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presente no modo como se diz, deixando vestígio (ORLANDI, 1990, p. 30).

11

---

NASCIMENTO, SANTOS & ROSZIK (2018), ao analisarem os processos de enunciação e as condições de produção do(s) sentido(s) em torno da palavra *golpe*, citam enunciados proferidos sobre a legalidade do impeachment contra a presidenta Dilma, enunciados que circularam na mídia como respaldo ao processo de impeachment e como contra-argumento ao discurso de *golpe*. Segundo os autores, um dos exemplos desses enunciados foi o emitido por Ayres Britto, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal e, portanto, autoridade reconhecida e legitimada pela mídia para referendar discursos que se contrapusessem aos sentidos reafirmados em torno de *golpe*:

não há que se falar em golpe caso o processo de impeachment avance, desde que respeitadas as garantias para a defesa da presidente. (...) Toda previsão constitucional pré-exclui a possibilidade de golpe (Folha de S. Paulo, 24/03/16) (idem, 2018).

Segundo o mesmo levantamento desses autores, em 20/04/16, em seu *Caderno de Política*, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou a reportagem *Dilma comete ‘gravíssimo equívoco’ ao chamar impeachment de golpe, diz decano do STF*, reportagem que insere

no título da matéria a palavra do ministro Celso de Mello – “evidenciando traços de uma heterogeneidade mostrada marcada<sup>5</sup>” (idem). Marca-se uma posição, pelo jornal, sobre a opinião da presidenta, ao recorrer à fala do ministro, que classifica como um “equivoco” “chamar impeachment de golpe” e, ao mesmo tempo, isenta-se de uma posição editorial ao atribuir tal opinião a um terceiro, uma autoridade indiscutível. Trata-se, segundo os autores, “da questão do *discurso outro* presente em um determinado discurso e um modo de enunciar dos sujeitos” (idem) para dizer o que se pretende dizer, porém sem romper com a objetividade e a imparcialidade do discurso midiático, valendo-se da voz de um *outro* – nesse caso, uma reconhecida autoridade.

NASCIMENTO, SANTOS & ROSZIK (2018) também citam movimentos políticos que, incomodados com o uso da palavra *golpe*, se posicionaram contra o seu uso. Há o caso, por exemplo, no qual a presidenta Dilma, em um discurso oficial, se referiu ao seu processo de impeachment como *golpe*, evento que gerou a reportagem *Deputados entram com ação no STF para que Dilma explique por que chama impeachment de golpe*, do jornal O Estado de S. Paulo (05/05/16). Nela pode-se observar, segundo os autores, o seguinte trecho e o funcionamento discursivo de afirmar uma posição pela voz de outro enunciador, nesse caso referido aos sujeitos “ministros do STF”:

Dilma e seus aliados adotaram o discurso de “golpe” para combater o impeachment. A presidente já fez declarações neste sentido em vários discursos públicos, inclusive durante cerimônias oficiais no Palácio do Planalto. Diversos ministros do STF já rebateram esse argumento, ao afirmarem que o processo de afastamento de Dilma seguiu o que manda a Constituição (Caderno de Política, jornal O Estado de S. Paulo, 05/05/16). (idem, 2018).

O posicionamento da mídia em relação a essa questão não cessou com o término do processo de impeachment. Anos depois, a partir da repercussão sobre o posicionamento do MEC de investigar o primeiro curso sobre o *golpe de 2016* promovido

---

<sup>5</sup> Todo discurso seria atravessado por outros discursos, atravessamento que seria constitutivo desses. Dessa forma, segundo AUTHIER-REVUZ (1982), todo discurso seria heterogêneo (heterogeneidade constitutiva); entretanto, haveria também uma heterogeneidade mostrada marcada (através de marcas que expusessem que alguma fala seria de outro sujeito, como o uso de aspas, travessões etc.), como a remissão a dizeres produzidos por outros sujeitos, e uma heterogeneidade mostrada não-marcada (esta última não tão visível linguisticamente). Tais efeitos estariam submetidos, sobretudo, ao efeito da unidade aparente de todo discurso.

pela UnB<sup>6</sup>, os jornais adotaram posicionamento semelhante: expressar seu posicionamento a partir da voz de um *outro* para reafirmar a própria posição (reconhecidamente de oposição ao discurso de *golpe*). Segundo os autores, pode-se observar esse funcionamento no seguinte trecho de reportagem do Estadão:

O comentário de Dilma se estrutura como crítica à tentativa do ministro Mendonça Filho de suspender o oferecimento da disciplina (...) oferecida pelo curso de graduação em Ciência Política da UnB. Defende que houve um golpe contra o seu governo, enquanto Mendonça Filho rebate Dilma afirmando não se tratar de “uma questão de opinião, nem de reverberar a tese petista sobre o impeachment de Dilma (Estadao.com.br, 01/03/18) (idem, 2018).

Entretanto, em gêneros discursivos em que se permite que os jornais se posicionem claramente, como o editorial, houve diversos enunciados nos quais se marcou o rechaço da mídia ao projeto político empreendido pelo PT e nos quais se expressa o apoio ao impeachment (e um silenciamento sobre as arbitrariedades do processo que levaram o PT a classificá-lo como *golpe*), tais como: “O projeto totalitário do PT” (22/05/16), “O populismo no banco dos réus” (07/05/16), “A ameaça petista” (18/04/16), “Quem Dilma convence?” (08/02/16), “Dilma e as amarras do passado” [08/01/16], “Lula, o informante” (27/12/15), “O vale-tudo de Dilma” (14/12/15), “Lula arma a cena para 2018” (15/02/15), segundo levantamento feito por NASCIMENTO, SANTOS & ROSZIK (2018). Como se comprova, em gêneros discursivos em que a imparcialidade e a objetividade jornalísticas não são uma questão, sem recorrer a voz de um *outro* para se posicionar, os jornais evidentemente defendem seu ponto de vista, ainda que apelando a um viés de verdade que é reforçado e afirmado pelo lugar institucional que ocupam.

Apresentada a reflexão teórica que analisou o Golpe de 2016 como *acontecimento discursivo*, passamos à terceira parte deste trabalho, a análise de capas de revistas e jornais que noticiaram esse evento, discutindo-os como *materialidade discursiva*.

### **Análise discursiva de capas de revistas semanais e jornais sobre o contexto político do Golpe de 2016**

No corpus selecionado para esse trabalho há de se considerar que tal ato é um gesto do analista que, ao se deparar com diferentes enunciações, verifica o que

---

<sup>6</sup> Consultar nota acima sobre essa questão.

demandaria mais análise sobre o que pretende discutir. Ademais, em AD, todo trabalho de recorte e de análise é um gesto de interpretação, configurando-se uma possibilidade de análise dentre outras possíveis. Dito isto, consideramos importante destacar que neste gesto de análise identificamos três regularidades discursivas, em discursos de materialidade híbrida (constituída de textos e imagens) cuja relação discursiva entre eles reforça os sentidos enunciados em torno do *Golpe de 2016*: **Depreciação da figura da presidenta Dilma; Legitimação popular ao impeachment; e Michel Temer como figura serena para governar o país.**

A seguir apresentamos cada uma dessas regularidades a partir de enunciados extraídos de capas de revistas e de jornais.

### **Depreciação da figura da presidenta Dilma**

Como base dessa regularidade discursiva há sentidos que remetem, sobretudo, a sentidos que remetem ao machismo (de forte regularidade, pois está na base de todos os discursos que compartilham essa formação discursiva), quais sejam:

- Informalidade e depreciação no tratamento à figura máxima do país: *querida*, tratamento pelo primeiro nome, recorrência em mostrar a presidenta como uma mulher solitária.
- Negação da desinência de feminino do léxico *presidente*: ausência do léxico *presidenta*, forma dicionarizada há décadas no português brasileiro.
- Associação de sua figura à corrupção e ao crime como motivos de seu afastamento, com o conseqüente silenciamento do motivador jurídico do impeachment, as chamadas *pedaladas fiscais*<sup>7</sup>, argumento usado pelos partidários de Dilma para classificar o processo como *golpe*.
- Remissão a valores depreciativos através de adjetivações negativas, vinculadas ao feminino, como *histórica*, *nervosa*, *impaciente*, *louca* e *triste*.

---

<sup>7</sup> Termo popular para operações financeiras não previstas no orçamento, principal argumento para a instauração do processo de afastamento da presidenta. Entretanto, tal procedimento contábil foi utilizado por todos os governos após a redemocratização, uma prática recorrente nunca colocada em discussão como crime de responsabilidade.



Figura 1: Revista *Época*: especial *Impeachment*

Na **Figura 1** acima podemos ver o funcionamento discursivo observado por NASCIMENTO, SANTOS & ROSZIK (2018), no que se refere ao uso da *heterogeneidade mostrada* (Authier-Revuz, 1982) para validar a posição da mídia por meio da voz de uma autoridade, no caso a ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia. Ao se utilizar de uma voz de autoridade, legitima-se o processo de impeachment não como uma posição de um ponto de vista da revista, mas como algo indiscutível e evidente, ao mesmo tempo que mantém a neutralidade, a objetividade e a imparcialidade da mídia em questão.

Há, porém, uma contradição materializada nessa capa enquanto enunciado, em relação à validade do processo de afastamento da presidenta como *impeachment*, que reforçaria os sentidos vinculados a *golpe*, portanto contraditórios com a posição de legalidade do processo, conforme se nota na seguinte passagem: “A romaria dos políticos ao palácio do vice-presidente” – o que se converte em uma constatação de uma movimentação de políticos antes do processo de afastamento com o então vice-presidente Michel Temer, o que põe em xeque o discurso de legitimidade do processo, visto que diversos agentes teriam interesse ao reunir-se com o principal beneficiário do afastamento de Rousseff, o vice-presidente Temer, antevendo cargos e posições no novo governo, ainda incerto naquele momento, visto que o resultado do processo poderia ser a favor da presidenta. Nota-se, também, o silenciamento da palavra *golpe* e o destaque para

*impeachment*, em vermelho, cor que também é do blazer de Dilma e de seu partido, o PT, sentidos que remetem a presidenta e o partido a dizeres de forte circulação por parte da oposição naquele momento, como a associação do vermelho ao comunismo e o lema “nossa bandeira jamais será vermelha”.



Figura 2: Capa de *IstoÉ Especial Impeachment*

A **Figura 2** acima apresenta um enunciado ao modo de editorial, porém com forte tom informal, o que rompe com o uso estável e esperado desse gênero discursivo, além do fato inusitado de ser publicado na capa da revista, o que reforça o deslocamento de sentidos nesse enunciado em relação ao que se espera de um editorial. Ademais, há o uso de exclamações, de dados sem fontes, além do fato de que não há modalização discursiva, pois todo o editorial é expresso de forma contundente, quase panfletário, incomum em discursos editoriais e mesmo em outros da imprensa, reforçando sentidos de evidência, como sabidos por todos e tomados como verdade. Ao mesmo tempo, tal editorial é uma recusa a uma *memória discursiva* sobre o presidencialismo brasileiro, convertendo-se em uma posição política da revista que rompe a neutralidade e a imparcialidade da imprensa em relação a acontecimentos ocorridos no passado, devido a sentidos expressos por enunciados como: “corrupção, crimes e fraudes que afundaram o país”; “a mais grave crise moral, política e econômica da história”, “uma gestão que se corrompeu de forma nunca antes vista na história do país”, afirmações apresentadas sem dados que as contextualizem.

Nota-se, também, um discurso construído sobre enunciados que recorrem ao uso de adjetivações, também tomadas como lugar de verdade, cujo mecanismo naturaliza os sentidos expressos pois, ao qualificá-los desse modo, todos os leitores compreenderiam da mesma forma: “gestões temerárias”; “tortuoso processo”; “estelionato eleitoral derradeiro”. Há, também, um reforço do caráter institucional do processo, ao mesmo tempo em que há o silenciamento de suas contradições e arbitrariedades, pautados sobretudo pela recusa do discurso de *golpe*, ao trocar o uso do verbo *ter* dos discursos que criticavam o processo, pelo uso do verbo *ser*: recorrência a uma memória discursiva, a um discurso outro já-dito anteriormente (“Não vai ter golpe” por “Não vai ser golpe!”).

Apresento, a seguir, a segunda regularidade discursiva observada.

### Legitimação popular ao impeachment

Um funcionamento recorrente dessa regularidade discursiva é o silenciamento da palavra *golpe* e da contradição presente no processo político desencadeado pelo *impeachment*, funcionamento discursivo que aponta para a adesão desses discursos à legitimidade desse processo, adesão esta reforçada pelos sentidos expressos pelos enunciados, os quais remetem a placares, como se fosse uma competição, ou a metáforas esportivas, como “fim do 1º tempo”. Assume-se que há lados opostos, vencedores e perdedores, o que é reforçado com a enunciação de imagem de deputados comemorando como se fossem torcedores, conforme pode ser notado nas **Figuras 3, 4 e 5**.



**Figura 3:** Capas de jornais um dia após a votação do Impeachment na Câmara dos Deputados (18/04/2016).

Na figura acima a remissão a metáforas futebolísticas, como “Fim do 1º tempo” ou a placares numéricos, descontextualiza o processo como um fato político e o coloca como uma competição. A personificação do processo na figura da presidenta, através de discursos que remetem o impeachment a uma situação de consequências pessoais para ela

(“abre as portas da rua para Dilma” ou “Dilma já era”), além do fato de nomeá-la apenas com o prenome, são também mecanismos que legitimam discursos de apoio popular ao afastamento de Dilma Rousseff, além do fato de silenciar e de descontextualizar conflitos políticos inerentes ao processo, caracterizando-os como eventos da esfera pessoal de Dilma.



**Figura 4:** Capas de *O Globo* registrando protestos a favor e contra o governo de Dilma Rousseff

Além disso, como se nota nas capas da **Figura 4**, colocam-se em lados opostos os apoiadores e os críticos aos governos do PT, além da remissão à figura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, quem não possuía relação alguma com o governo de Rousseff – colocando a figura do juiz que futuramente condenou o ex-presidente à prisão como oponente dos agora dois ex-presidentes. Na mesma figura, o processo metonímico de associar todo o país aos críticos dos governos petistas (“Brasil vai às ruas...”) reforça a legitimação do processo como algo popular, de todos os brasileiros, efeito que se reforça ao compararmos esse enunciado com outra capa do mesmo jornal, cuja manchete apenas menciona as manifestações contra o impeachment como ação de “aliados de Dilma e Lula” (e por isso, menos brasileiros). A divisão em torcidas a favor e em contra ao impeachment, associando os críticos ao governo petista com a bandeira brasileira (e consequentemente ao Estado brasileiro), desloca os aliados de Dilma do conjunto dos brasileiros, e consequentemente dos menos patriotas, funcionamento também presente na **Figura 5**.



**Figura 5:** Capa de O Liberal, de Belém, um dia após a votação do Impeachment na Câmara dos Deputados (18/04/2016).

Podemos ver essa divisão do país em torcidas de modo mais explícito na **Figura 6**, em que está materializada essa questão no seguinte enunciado: “O Brasil não é vermelho, o Brasil é verde e amarelo”, logo abaixo do nome do jornal, como algo que funcionasse como um lema do próprio jornal, o que coloca em contradição a imparcialidade que se exige da mídia. A legitimação popular também está representada pelo uso de placar e de fotos que remetem a votação realizada no dia 17 de abril de 2016 a uma comemoração esportiva: notam-se bandeira, faixas e congressistas comemorando o resultado. Tais gestos geram o silenciamento do conflito político, das contradições específicas desse processo de afastamento e a explicitação do lugar de onde fala o jornal através da oposição implícita *nós* (o jornal, os brasileiros, os apoiadores do processo de afastamento) *vs. eles* (os petistas, os aliados de Dilma Rousseff, os apoiadores de um governo considerado corrupto por aqueles).



Figura 6: Capa de Diário de São Paulo (17/04/2016).

Nessas capas, o *interdiscurso* como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito e que está na base do dizível” (Orlandi, 2001, p. 31) dessa regularidade discursiva, remeteria a valores que vinculam a “eles” os sentidos de inimigos a serem vencidos e derrotados, o que expõe contradições como o discurso de imparcialidade da imprensa e a adesão, por parte da mídia jornalística, a sentidos ideológicos e políticos que remetem à direita e ao conservadorismo (se eles, nossos inimigos, são de esquerda, vermelhos e progressistas, logo somos o oposto disso).

Passamos, a seguir, a apresentar a terceira regularidade discursiva que identificamos a partir do recorte que realizamos com capas de jornais e revistas que noticiaram o *Golpe de 2016*.

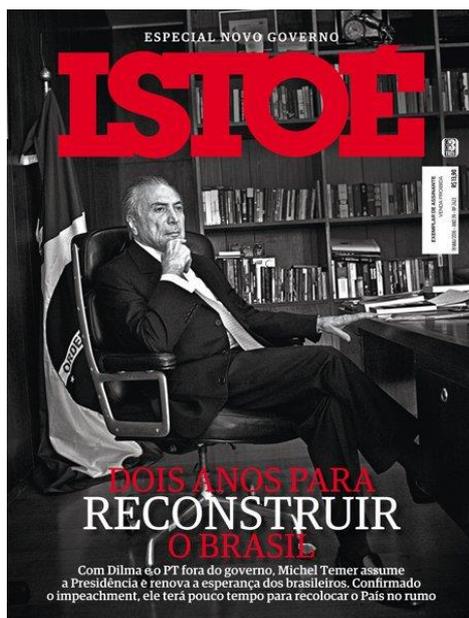
### Michel Temer como figura serena para governar o país

Essa regularidade discursiva entra em oposição à primeira, ou seja, a da depreciação da figura de Dilma, representada como uma presidenta histórica, nervosa, impaciente e triste. Tais enunciados são gestados por uma memória discursiva atravessada pelo machismo patriarcal e ao lugar comumente delegado à mulher em nossa sociedade: o homem (Temer) está em seu lugar natural, ao lugar que sempre lhe coube.



**Figura 7:** Capas de O Estado de São Paulo sobre a posse de Michel Temer e de Dilma Rousseff como presidentes da República

Nota-se, na **Figura 7**, que reúne capas do mesmo jornal sobre fatos políticos semelhantes (a posse de um presidente) que o evento inédito de uma mulher ser eleita pela primeira vez presidenta da república é colocado, em destaque, como um feito de um homem, visto que o presidente naquele momento, Luís Inácio Lula da Silva, era o padrinho político de Dilma Rousseff. Reforça-se, desse modo, o silenciamento de tal fato histórico, o que também deslegitima Dilma Rousseff para tal posto, como se comprova pela foto da candidata eleita não chegar a ocupar metade da capa. Marca-se, dessa forma, sua vinculação a um homem (Lula) e sua submissão a essa figura masculina, o que entra em oposição ao destaque que se dá a Temer após este assumir o posto de presidente (capa inteira com sua imagem, com o seu nome em destaque). Ademais, reforça-se o papel de Temer como uma figura serena e apto a governar o país, cuja pose está em primeiro plano e em preto e branco.



**Figura 8:** Capa de IstoÉ sobre a posse de Michel Temer como presidente do Brasil

Essa regularidade discursiva também está presente na **Figura 8**, cujo funcionamento discursivo produz um silenciamento da contradição que permeou todo o processo de impeachment: o movimento político empreendido por Temer para assumir o poder. Reforça-se a figura de Temer como alguém preparado para governar (e também para reconstruir o país) em uma pose serena e que remete ao poder, visto que se encontra em lugar solene, com a bandeira enquanto símbolo nacional por trás de si, além de sua figura não esboçar qualquer traço informal. Não há nenhuma remissão a sentidos de esfera pessoal, como as que ocorriam com frequência sobre Dilma Rousseff. Como presidente, ele é um novo governo, contradição que reforça a arbitrariedade do *Golpe de 2016* e o papel determinante que o agora presidente teria exercido, visto que não continuaria o plano de governo da chapa pela qual foi eleito vice-presidente. Reforça-se, dessa forma, sua desvinculação com o governo anterior, além do fato de apresentar-se como um homem que está à vontade, em seu lugar, em seu habitat natural.

A desvinculação com o governo anterior (e com a presidenta Dilma Rousseff, cuja figura se coloca em contraposição com a de Temer) também está presente na **Figura 9**, cujas capas reforçam a imagem de que o governo Temer romperia com a plataforma pela qual foi eleito, vinculando-se a discursos de que a derrota de Rousseff seria a derrota de um plano de governo – cuja *memória discursiva* está vinculada a sentidos políticos e ideológicos que agora são negados (ou que não cabem mais serem defendidos). A figura

diminuta de Dilma Rousseff na capa de Veja, acima da do presidente, apesar de não remeter ao futuro governo Temer (e sim com o fato de que investigações sobre a campanha de Fernando Pimentel ao governo de MG apontavam uso de caixa 2 na campanha da presidenta) reforça a diferença entre os dois e a figura de Temer como alguém mais preparado para o cargo. As fotografias reforçam sentidos de apoio de tais mídias ao novo governo, sentidos esses que não podem ser afirmados pelo discurso, visto que romperiam com a imparcialidade, a veracidade e a objetividade do discurso midiático.



**Figura 9:** Capas de Veja e de IstoÉ antes quando ainda Michel Temer ocupava o posto de vice-presidente.

## Conclusão

O *corpus* selecionado coloca em xeque a imparcialidade da mídia jornalística, esfera discursiva que se apresenta sob o imaginário da objetividade e da informação imparcial. Pela AD, por ser uma teoria de interpretação cujo arcabouço teórico coloca em relação a materialidade linguística com a história e a ideologia, empreendemos um gesto de interpretação que destacasse as relações político-ideológicas da mídia impressa com o *golpe de 2016*.

Foi possível demonstrar, neste gesto, o vínculo desses discursos com uma memória discursiva que remete os enunciados analisados às formações discursivas sobre política, machismo, o papel da mulher na sociedade e o silenciamento de contradições da história política de nosso país, historicamente construídas.

Pode-se discutir que a mídia tradicional, atualmente, não ocupe lugar determinante na circulação de sentidos, visto o papel que as redes sociais desempenham para a formulação e a circulação de saberes, além de contribuir para a descentralização dos lugares hegemônicos de produção de sentidos. Por outro lado, a mídia tradicional representa setores sociais e não está separada dos saberes que circulam em um contexto sócio-histórico e, dessa forma, ainda é um lugar privilegiado para análises discursivas. Ademais, sua vinculação a lugares institucionais (sendo ela mesma uma instituição, visto seu poderio econômico e social) não pode ser desprezado quando se pretende analisar os discursos que circulam em uma determinada sociedade e sua influência sobre os discursos que circulam.

A partir da relação dos enunciados analisados com as condições de produção desses discursos e, conseqüentemente, com a memória discursiva que os permeia, observou-se como a mídia impressa se vincula a ideologias que põem em discussão seu celebrado lugar de isenção e imparcialidade. Ao mesmo tempo, são demonstrações de como a linguagem se constitui em lugar de poder e de tensão, além dos recursos oferecidos por ela para a manutenção (ou revisão) do jogo de poderes já estabelecidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. *Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours*. In: DRLAV – Revue de Linguistique, n.26, 1982, p. 91-151.

HAROCHE, C., HENRY, P. & PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage. Discours. In: Langages 24, 1971, Paris.

MAZIÈRE, F. A análise do discurso: história e práticas. SP: Parábola Editorial, 2007.

MEDEIROS, C. S. As condições de produção e o discurso na mídia: a construção de um percurso de análise. In.: **Sessões do imaginário**, Porto Alegre, n° 20, dez. 2008.

NASCIMENTO, Emanuel Angelo; SANTOS, Fernando Simplício dos; ROSZIK, Anderson Augusto. A enunciação de golpe: heterogeneidade, polêmica e interdiscurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 60, n. 1, p. 242-270, abr. 2018. ISSN 2447-0686. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8650023/17876>>.

Acesso em: 02 maio 2018. doi:<https://doi.org/10.20396/cel.v60i1.8650023>.

ORLANDI, E. P. (2004). **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4. ed. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. P. (1988). **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAYER, M. O. **Linguagem e sociedade contemporânea – sujeito, mídia, mercado**. In. *Rua*, Campinas, nº 11: 9-25, 2005.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. Análise Automática do Discurso (AAD-69). Trad. E. P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993, p. 61 – 105.

\_\_\_\_\_. A Análise do Discurso: três épocas. Trad. J. de A. Romualdo. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 311-320.

POSSENTI, S. (2016a). Golpe, Golpes. In: Blog do Sírio, 05.05.2016. Disponível em <<https://blogdosirioblog.wordpress.com/2016/05/05> > Acesso em 03.05.2018.

POSSENTI, S. (2016b). Golpe?. In: Blog do Sírio, 07.04.2016. Disponível em <<https://blogdosirioblog.wordpress.com/2016/04/07/golpe> > Acesso em 03.05.2018.

## POR QUE SE FALA TANTO DO GOLPE MILITAR DE 1964 NA ATUAL CONJUNTURA?

Sônia Regina Martins

“Assim como ocorreu em 1964, mas agora por outros métodos, obter a Presidência era apenas um passo necessário e simbólico, para implantar um programa de acelerado retrocesso social.”

(A Democracia à beira do abismo. Luis Felipe Miguel. Prefácio do livro: A Verdade Vencerá. Luiz Inácio Lula da Silva)

### RESUMO

O presente artigo foi escrito no contexto do golpe de 2016 que ocasionou o impeachment da presidenta Dilma, quando então, vários estudiosos, pesquisadores, intelectuais e estudantes procuravam as semelhanças com o golpe militar/civil de 1964. Nesse sentido, ele pretende contribuir com essa discussão, traçando um panorama dos contextos econômicos, políticos e sociais dos dois momentos, apontando muitas semelhanças que justificaram, do ponto de vista das classes dominantes, a interrupção de processos democráticos nas duas situações históricas. Apesar das muitas diferenças entre o golpe de 1964 e o golpe de 2016, devido ao longo período transcorrido entre um fato e outro, a essência de uma sociedade extremamente desigual constitui o ponto de continuidade entre as duas situações. Formada por uma elite concentradora de riquezas, por um capitalismo plutocrático, por uma classe trabalhadora precarizada pelos baixos salários, pelo desemprego, pelas condições de trabalho e pela iniquidade do acesso aos bens e serviços coletivos, essa sociedade preserva as mesmas características anteriores. Outro aspecto comum dos dois momentos, paira sobre o pensamento das elites dominantes o mesmo temor de que seus privilégios sejam ameaçados por uma ruptura histórica através de governos populares ou de manifestações políticas da população reivindicando transformações sociais. Quando essa ameaça chega mais perto, as elites lançam mão desse dispositivo que é desmoralização dos governos democráticos e populares e na sequência a interrupção da via política democrática e a implementação de mecanismos autoritários que impedem a emergência de outros projetos de sociedade, seja o nacional-desenvolvimentismo do período anterior ao golpe, seja o neo-desenvolvimentismo dos governos petistas.

**Palavras-chave:** Capitalismo, Golpe, Desenvolvimento, Estado, Elites.

### Introdução

Desde o golpe de 2016, tem se produzido uma imensa quantidade de artigos sobre a atual conjuntura que remete ao golpe militar ocorrido no Brasil em 1964 com o intuito de comparar esses dois momentos históricos. Eles aparecem em vários veículos de comunicação, desde a publicação de algumas matérias na grande imprensa, passando por algumas revistas semanais e a chamada imprensa alternativa até as redes sociais e os blogs tão utilizados para assegurar a liberdade de opinião e expressão. Esta tem sido sempre

alardeada pela grande mídia, mas tão pouco praticada por ela. Seus interesses econômicos, políticos e ideológicos definem a sua posição contrária às propostas de democratização da comunicação que possam ameaçar o monopólio exercido por poucas famílias proprietárias dos principais meios de informações do país, conforme já foi demonstrado por muitos pesquisadores, militantes, etc.

O presente texto pretende contribuir para essa discussão, não sendo a sua intenção fazer uma reconstituição histórica do período militar até os dias de hoje, mas, sim, a de levantar questões que aproximam dois momentos importantes, semelhantes em muitos aspectos e diferentes em tantos outros, como em geral, é a repetição dos fatos históricos. A primeira é, justamente, qualificar de golpe o processo de impeachment contra a presidenta eleita democraticamente, conforme uma grande parcela das análises que tem afirmado, com razão, que contra ela, não há nenhum crime de responsabilidade. Portanto, esse processo não tem respaldo na Constituição de 1988, apesar das distorções e manobras feitas para legitimá-lo pelos seus principais articuladores instalados nos poderes legislativo e judiciário.

Não entraremos na discussão sobre o Período Militar, propriamente, e sobre a Nova República, mas só faremos referências na medida da necessidade, no que tange à sua herança para a compreensão do momento atual. Segundo vários estudos críticos sobre esse período no Brasil, o seu legado foi o capitalismo plutocrático, a enorme concentração de riqueza e renda, uma sociedade fraturada e deformada pelo aumento da desigualdade social entre o topo da sociedade e sua base. A herança no campo educacional, com reflexos até hoje, possui a marca do descaso pelas classes trabalhadoras e pelos abissais níveis de diferenciação social entre os pontos extremos, ao mesmo tempo, que promoveu a massificação dos padrões de consumo e da comunicação e informação.

Mesmo mostrando um certo dinamismo, historicamente, sobretudo após a década de trinta, o capitalismo brasileiro, teria a característica, entre outras especificidades, de ser dinâmico e possibilitar alguma mobilidade social, sem afetar, contudo, a desigualdade entre as classes sociais. Tais particularidades teriam sido acentuadas pelo modelo socioeconômico e político concentrador e excludente implementado pelo regime militar. Uma outra marca nociva para as várias gerações que se sucedem, desde o golpe militar, teria sido o colapso do espaço público, bloqueado pelo autoritarismo do regime militar que interditou a formação de um projeto cultural e político através do confronto entre

diversas visões de mundo e diferentes propostas de organização da vida coletiva, ou seja, de uma democracia popular e moderna.

### **Dois projetos de nação**

O período pré-64 se caracterizou por grandes mobilizações dos setores progressistas da sociedade brasileira pela realização das reformas de base. O golpe militar interrompeu esse processo, analisado por muitos intelectuais e militantes da época e que, ainda, motiva pesquisas de muitos acadêmicos e intelectuais fora da academia, como o de uma ascensão reformista que continha possibilidades transformadoras da realidade brasileira. Nesse sentido, há um reconhecimento de que aquele período estava marcado por um conflito que tendia a se intensificar entre as forças progressistas e as forças retrógradas, conservadoras e reacionárias da sociedade, ou então, entre a esquerda e a direita.

Dessa perspectiva, o golpe militar pode ser considerado o fato que banuiu violentamente a possibilidade histórica de se construir uma sociedade mais igualitária e democrática, do ponto de vista daqueles (nós) que pensam (os) que a enorme desigualdade social neste país não é um dado da natureza física, e sim, um componente histórico do capitalismo periférico, dependente e excludente, construído ao longo de sua existência pelas elites dominantes. E que a superação das extremas desigualdades é a principal prioridade de um autêntico projeto republicano de nação.

No entanto, desde os anos cinquenta, esse fato estava sendo construído pela ótica do capitalismo dos vencedores em 1964, cujos principais agentes foram, genericamente, o grande capital internacional e nacional privado e estatal, a elite das Forças Armadas do Brasil, formada pela Escola Superior de Guerra, os partidos políticos representativos dos interesses dominantes, com destaque para a UDN, cuja maior expressão era Carlos Lacerda, no jornal A Tribuna da Imprensa, empreendendo uma grande campanha contra o nacionalismo e o trabalhismo de Getúlio Vargas, sendo este, um dos fatores do seu suicídio, em 1954.

O processo que culminou no golpe militar de 1964 pode ser caracterizado por conflitos entre duas grandes vertentes, pautadas por muitas diferenças políticas, ideológicas e teóricas no interior de cada uma delas, mas que foram esboçando dois caminhos distintos, nem sempre nítidos, para a sociedade brasileira. Para alguns intelectuais, se tratavam de dois projetos de sociedade, em torno da questão do

desenvolvimento de um país subdesenvolvido economicamente, atrasado culturalmente, com alto índice de analfabetismo da população, mas que estava se industrializando e se modernizando rapidamente, provocando intensas migrações internas e trazendo novas necessidades e demandas ao Estado.

Em 1941, um escritor austríaco, Stefan Zweig, refugiou-se no Brasil para escapar da perseguição nazista e publicou um livro intitulado: Brasil, país do futuro, ele foi escrito numa perspectiva ufanista e cordial, em oposição aos tempos difíceis vividos então na Europa civilizada. A questão que se colocava, então, tanto para intelectuais, como para dirigentes de partidos políticos, governantes e, também, para expressivas parcelas da população, era a de compreender os entraves que impediam o país de estar no mesmo patamar dos industrializados e desenvolvidos e, conseqüentemente, buscar os meios de superação dos obstáculos ao pleno desenvolvimento do país. Era o sentimento de se viver num país com grande potencial de progresso, realizações e pleno de possibilidades de futuro, mas com muitos problemas que deveriam ser compreendidos e debelados. Mas, afinal, quais eram os problemas fundamentais que impediam o processo, que se acreditava, estaria latente na transição de um país subdesenvolvido para um país desenvolvido?

As respostas eram muitas e dividiam os cientistas sociais e economistas no ponto fundamental que concernia, justamente, aos diferentes caminhos do progresso econômico e social. É importante ressaltar que, nesse momento histórico, a Ciência Econômica adquiria grande prestígio e poder na explicação das estruturas da sociedade e na escolha de ministros. As duas propostas foram se delineando no processo de luta, sendo que uma delas, apostava na possibilidade do desenvolvimento nacional, autossustentado e, cada vez, menos dependente do capital estrangeiro, concomitantemente, à construção de uma sociedade democrática, com maior distribuição de renda, mais direitos aos trabalhadores e maior participação política da população. Em torno dela, se aglutinavam sindicatos, partidos de esquerda, correntes nacionalistas e intelectuais, alguns de grande expressão e projeção internacional, como Celso Furtado.

A importância desse economista no período que antecedeu ao golpe militar é reconhecida por sua obra, inspirada nas teses da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), instalada no Chile em 1949, da qual, Furtado fez parte até 1957. Celso Furtado trouxe uma grande contribuição para o pensamento econômico e social da América Latina, ao privilegiar o conceito de subdesenvolvimento na explicação

das especificidades do capitalismo dos países de economia subsidiária calcada na tradição do sistema colonial. Esses países viveriam contradições entre as estruturas modernas do capitalismo que se desenvolvia e estruturas arcaicas de um modelo agroexportador.

Segundo Chico de Oliveira (Brasil: Uma Biografia não autorizada. Ed.Boitempo, 2018), diferentemente da Teoria da Modernização, que pensa o subdesenvolvimento como uma etapa anterior ao desenvolvimento, de acordo com uma concepção linear, a Cepal e, especialmente, Celso Furtado acreditava na possibilidade de romper essa condição, fazendo com que a periferia atingisse graus de industrialização como o centro, superando, assim, a condição de dependência. Para atingir tal objetivo, Celso Furtado considerava relevante o protagonismo do Estado e sua capacidade de planejamento, contando com a participação de técnicos e intelectuais, de acordo com a perspectiva keynesiana de reformar e humanizar o capitalismo.

Havia um certo dualismo subjacente à grande parcela da literatura econômica e política à respeito de pares de conceitos opostos e complementares na explicação da realidade brasileira e latino-americana, como: nacionalismo/internacionalismo, subdesenvolvimento/desenvolvimento, atrasado/moderno, nação/imperialismo, etc. O contexto favorecia as análises dualistas, devido às características históricas da época, em correspondência com a visão de mundo generalizada e do senso-comum que se formava num mundo bipolar, marcado pela guerra fria e a oposição entre capitalismo e socialismo.

A outra vertente defendia a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento do país, que se faria de maneira associada com o empresariado nacional, com a participação do Estado e tinha como preocupação eliminar os fatores de atraso, quase sempre associados às classes mais pobres e subalternas, tanto material como intelectualmente. Nesse caso, há uma forte propensão de atribuir as responsabilidades do atraso àqueles que viviam a condição social mais desfavorecida.

Características como a ignorância, a baixa qualificação da força de trabalho, a pouca inclinação para o trabalho e disciplina, eram bastante utilizadas para explicar as causas do atraso da sociedade brasileira que trilhava no caminho da modernidade periférica. Essa visão preconceituosa da elite sobre o povo brasileiro sempre esteve incrustada nos discursos da classe média, imbuída dos valores de ascensão social, se possível, até o topo da sociedade, como se fosse um caminho natural daqueles que possuem méritos pessoais.

No âmbito educacional defendiam a necessidade da formação técnica e maior qualificação dos trabalhadores para se tornarem mais produtivos na indústria em crescimento e a formação dos níveis superiores de competência dos profissionais que tinham a função de dirigentes. Portanto, pensavam a escola na função de reprodução social, defendiam o ensino privado e o direito das famílias na educação de seus filhos em oposição à ingerência do Estado na dimensão da vida privada. Em torno dela, se aglutinavam partidos políticos, sendo a UDN, o mais representativo dessa linha, empresários nacionais e internacionais, a cúpula da Igreja Católica e parcelas da classe média que participavam das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”.

### **Ideário progressista em construção**

No entanto, não é possível reduzir o conflito de 1964 a um choque entre a esquerda e a direita, conforme nos alertou Leandro Konder (Konder Leandro. *Vaca Fardada, Margem Esquerda*, n. 3, Ed. Boitempo, 2004). Pois, segundo o autor, as diferenças e divergências no interior de cada um desses campos eram muito intensas e significativas. Porém, é possível justificar essa antinomia que, segundo o autor, apesar de todas as heterogeneidades, de um lado e de outro, havia uma disposição de transformação social profunda entre uma tendência em contraposição à outra, cuja preocupação precípua era a manutenção da ordem constituída e o receio de que o direito à propriedade fosse ameaçado por uma revolução comunista.

No período histórico compreendido desde os anos 30 até o golpe militar de 64, caracterizado pelo desenvolvimentismo, pelo populismo e pelo nacionalismo que perpassaram os governos de Getúlio Vargas, sobretudo o segundo, o governo Kubitschek, o breve governo Jânio Quadros, até o último presidente civil João Goulart, deposto pelos militares, se desenvolveu um amplo ideário reconhecido como progressista e várias experiências políticas de trabalhadores, estudantes, setores da classe média, em contraposição aos interesses e privilégios das elites dominantes no âmbito do capitalismo concentrador e excludente.

Tal ideário abrangia a luta pela reforma agrária para quebrar o monopólio da terra, ataque à miséria rural, evitando as migrações em massa, que pressionavam os salários urbanos para baixo, a criação de uma escola pública, acessível a todas as pessoas e republicana que preparasse cidadãos para a democracia, aumento dos salários dos

trabalhadores e ampliação dos direitos sociais, controle do poder econômico privado, representado pelo capital multinacional, controle público dos meios de comunicação de massas, maior participação política da sociedade nas decisões econômicas, políticas, culturais, etc. É importante ressaltar que a maior parte dessas reivindicações estão na pauta dos movimentos sociais, atualmente. Isso demonstra que as grandes questões estruturais da sociedade brasileira não foram enfrentadas pelos diversos governos que ocuparam o poder do Estado, desde a deposição de Jango.

Assim, as tradicionais reivindicações do MST, pela reforma agrária, do MTST, pela reforma urbana, por moradias para a população sem teto, as lutas de Professores por melhores salários e condições de trabalho, as lutas dos Movimentos Sindicais por salários, contra a terceirização, por mais direitos trabalhistas, somam com novos movimentos sociais, como MPL, contra o aumento das tarifas, o Movimento de Mulheres, por direitos iguais, o movimento LGBT, pelo reconhecimento das diferenças, o Movimento Negro, contra a discriminação racial, e outros tantos movimentos de periferia e outras reivindicações que tem no seu horizonte a luta por direitos iguais e pela cidadania.

No período pré-64, também, se abre um canal rico de participação de setores da classe média intelectualizada na vida política e cultural, através do Movimento Estudantil, da Universidade, dos Grupos Culturais e Organizações de Educação de Base, em parceria com setores progressistas da Igreja Católica, momento no qual, os intelectuais de esquerda questionam o seu lugar na sociedade e buscam, com grande empenho teórico e prático o seu compromisso histórico com as classes populares, como, por exemplo, nos Movimentos e nos Centros de Cultura Popular.

É importante ressaltar que um espaço público vinha sendo construído pela participação crescente da sociedade na vida política e cultural, criando vias que favoreciam a emergência de uma consciência, por parte da população em geral, de que a sociedade brasileira não era harmoniosa, homogênea, pacífica e cordata, conforme muitas representações elaboradas sobre o caráter do “povo brasileiro”, pouco afeito aos conflitos. Pois, naquele momento, havia se instalado uma cisão que, embora, nem sempre fosse nítida, ela indicava, também, valores diferentes em disputa, em torno da questão do desenvolvimento, mas, também de valores sociais, ou seja, em qual sociedade queríamos viver.

Há um estreitamento da relação entre intelectuais, através de suas práticas culturais, políticas e artísticas e o povo excluído do acesso ao conhecimento erudito e

engajado que permite a crítica às mazelas sociais que caracterizam o capitalismo, a periferia, o subdesenvolvimento, a desigualdade entre as classes sociais, etc. Segundo Roberto Schwarz, autor que analisou magistralmente a cultura e a política desse período, o clima pré-revolucionário, tornava o país “irreconhecivelmente inteligente”. (Cultura e Política, 1964 – 1969, in O Pai de Família e outros Estudos, ed. Paz e Terra, 1978). “Inteligência” esta, que envolve a luta pela cidadania e que tem dado novos sinais de emergência na atual conjuntura, através da participação da juventude nas questões políticas e culturais do país.

Nesse sentido, valeria mencionar as experiências do teatro e do cinema de vanguarda. O teatro de Arena, em São Paulo, começou a atuar em 1953, com grupos de jovens comprometidos em desvendar a realidade brasileira ao público, através de um trabalho realista, e assim foi encenada a peça: Eles não usam Black Tie, em 1958, de Gianfrancesco Guarnieri sobre o cotidiano dos trabalhadores nas fábricas. Outros grupos teatrais, como o Oficina e o Opinião foram na senda do Arena, com a atenção voltada para as experiências de vida do povo brasileiro. Este é, cada vez mais, objeto de análises e discussões por parte de intelectuais e artistas.

Essa preocupação com o povo, também, abriu um fértil terreno no cinema brasileiro que, buscando novos temas e nova linguagem, diferentes da tradição estética dos filmes de Hollywood e das comédias populares, conhecidas como chanchadas, começou a levar para os filmes, a realidade do Brasil pobre, periférico, excluído, negro e subdesenvolvido. A grande inovação no cinema foi feita por uma geração de cineastas que tinha Glauber Rocha, Joaquim Pedro, Eduardo Escorel, Eduardo Coutinho, Cacá Diegues e o predecessor de todos Nelson Pereira dos Santos. Um exemplo pioneiro foi o seu filme intitulado: Rio, 40 graus, projetando na tela, em 1955, a condição de vida na favela.

Este filme se tornou referência para essa geração de cineastas que se lançou no final dos anos 1950: o Cinema Novo. Seus objetivos eram bastante ambiciosos, pois pretendiam: modificar a história do cinema no Brasil, modificar o Brasil, se sobrasse tempo, modificar o mundo também, expressando, assim, o “espírito de uma época.” O Cinema Novo, através de uma linguagem inovadora, trazia a intenção política de conscientizar e intervir na realidade, sua principal liderança foi Glauber Rocha, mas toda uma geração de cineastas brilhantes também se destacou na história do cinema brasileiro, produzindo grandes clássicos.

## **As esquerdas e as classes trabalhadoras**

A luta de classes ocorria de diversas maneiras nas grandes cidades, através da formação de uma classe trabalhadora que reivindicava direitos e se organizava nos sindicatos e em alguns partidos políticos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista e outros pequenos e clandestinos do âmbito da esquerda. No campo, cuja principal marca, sempre foi a enorme concentração da propriedade fundiária, a existência de uma classe trabalhadora rural empobrecida e crescentemente combativa, reivindicando a repartição das terras, se organizava em torno das Ligas Camponesas.

O movimento grevista dos operários se intensificava e duas grandes greves nacionais foram deflagradas. Foi criado o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), em 1962, cujo objetivo era coordenar as ações sindicais, tornando-se um dos protagonistas das lutas dos trabalhadores. Seus antecedentes históricos foram o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), ambos com forte influência do Partido Comunista.

No Nordeste, as Ligas Camponesas, criadas por Francisco Julião mobilizavam os camponeses e uma greve de duzentos mil cortadores de cana em Pernambuco e na Paraíba, após três dias de duração foi vitoriosa, acentuando o “grande medo” dos latifundiários e usineiros. O Brasil se modernizava em meio ao arcaísmo das suas estruturas econômicas, políticas e sociais que traziam a tradição escravocrata das classes dominantes, o patrimonialismo, nas relações entre o espaço público e o privado, o patriarcalismo nas relações de trabalho e familiares e o desprezo das elites pelo povo.

Tais características conferiram o caráter de modernização conservadora às mudanças que ocorrem, desde então, nos vários setores da sociedade através das políticas públicas, que visam adequar o capitalismo periférico às necessárias inovações no processo de acumulação do capital no âmbito da divisão internacional do trabalho, mantendo as mesmas relações de dependência e as mesmas estruturas internas. Esse processo vem se desenvolvendo desde que o Brasil iniciou sua industrialização, contrariando a ideologia da “vocação agrária” que predominou na mentalidade da popula o e nas políticas dos governos até o fim da Primeira República.

No imediato pr -64, a crise se agravava e as massas se mobilizavam em torno da realiza o das reformas de base, com ênfase na reforma agrária de grande apelo nacionalista, ao mesmo tempo, enfatizavam a participa o da classe trabalhadora na vida

política. Diante do recrudescimento das reivindicações, o campo da direita foi se convencendo da necessidade de uma intervenção militar que, embora pudesse ser condenável, para muitos civis que a apoiaram e tinham algum brio democrático dentro da tradição liberal periférica, se afigurava como a única solução para a superação dos problemas que assolavam a sociedade brasileira. Assim ela foi se tornando e criando justificativas para o golpe: a corrupção, a inflação e a ameaça comunista.

Esta, sempre identificada com a luta pela igualdade social, também buscava conquistar espaço de participação e organização da classe trabalhadora, através de suas estratégias e táticas que diferenciavam os inúmeros grupos dissidentes do Partido Comunista. Estas dissidências eram, quase sempre, motivadas pela crítica à política “etapista” que o Partido trilhava, de acordo com a concepção, bastante controversa da III Internacional Comunista, de que o Brasil deveria passar pela revolução democrático-burguesa, cuja principal tarefa era a luta contra o imperialismo e contra a estrutura latifundiária, antes de almejar o socialismo.

O contexto internacional favorecia a formação de várias tendências no campo da esquerda, devido, entre outros vários fatores históricos: às denúncias de Krushchev aos crimes de genocídio cometidos por Josef Stálin, a crítica ao “culto à personalidade”, iniciada na ex – URSS, pela direção do Partido Comunista, a Revolução Chinesa, em 1949, que seguia orientações diferentes da linha soviética. A Revolução Cubana, em 1959, exerceu, também, grande influência no pensamento e prática de esquerda na América Latina, contribuindo para a radicalidade dos movimentos e formação de grupos que defendiam métodos de luta mais incisivos de enfrentamento ao capitalismo.

As divergências dentro do campo de esquerda se caracterizavam por diferentes interpretações do momento histórico vivido no período pré-64 e da natureza da revolução brasileira em curso que fundamentava projetos, estratégias e táticas diversos. Esse debate clássico, tão fundamental até os dias atuais, sobre Reforma ou Revolução, consiste do título de uma obra de Rosa de Luxemburgo. O tema da revolução era objeto de estudos, discussões e debates entre intelectuais acadêmicos e militantes das várias facções de esquerda. Esta se fragmentou em várias correntes que divergiam entre si nessa questão crucial, que tem sido resgatada e atualizada, por intelectuais de antigas e novas gerações, atualmente.

Esse período, analisado por alguns, sobretudo pelo Partido Comunista, na época, como estando em curso a Revolução Democrático-Burguesa, afirmava o protagonismo

da burguesia nacional, enquanto que para tantos outros, esta era inviável num país periférico, com a marca da dependência em relação ao capitalismo internacional que o caracterizava. Assim, vários intelectuais de esquerda apostavam numa vertente mais radical, que indicava a superação do próprio capitalismo, principalmente, a vertente socialista da Teoria da Dependência, que acreditava na possibilidade de implantar o socialismo na América Latina. E muitos socialistas e comunistas, desta e de outras linhagens, de tendência marxista, responsabilizaram o próprio Partido Comunista pela derrota vivida pelos setores progressistas em 1964.

O amplo ideário progressista e favorável às reformas de base poderia fornecer subsídios políticos e ideológicos, tanto para a formação de uma sociedade do Bem-Estar, como também, para as propostas socialistas, diante do reconhecimento de muitos grupos de esquerda de que as reivindicações trazidas pelos movimentos populares não se realizariam nos marcos do capitalismo. Nesse caso, vale lembrar a presença de três livros escritos antes do golpe de 64 que, influenciados pela experiência cubana, contestavam a tese ortodoxa do Partido Comunista a respeito do caráter anti-imperialista e anti-feudal da Revolução Brasileira. São eles: *Perspectivas da Revolução Brasileira*, de Marcos Peri; *O Caminho da Revolução Brasileira*, de Moniz Bandeira; *Quem dará o golpe no Brasil*, de Wanderley Guilherme dos Santos.

### **Desenvolvimento associado e dependente**

Enquanto isso, outros se renderam às possibilidades de um desenvolvimento econômico associado aos interesses das multinacionais que aqui se instalavam com o intuito de obterem lucros exorbitantes numa situação favorecida pelas condições salariais e sindicais da classe operária brasileira. Assim, numa outra vertente, também identificada com a Teoria da Dependência, os intelectuais que elaboraram a crítica à Teoria do Desenvolvimento, devido aos seus pressupostos nacionalistas e distributivistas, acreditavam na possibilidade de ocorrer um desenvolvimento econômico, porém, limitado pela condição de dependência dos países periféricos em relação aos desenvolvidos, cujas relações determinadas pela acumulação de capital internacional em associação com o capital nacional, inviabilizava o projeto nacionalista. Portanto, sua proposta era a de um desenvolvimento dentro das possibilidades da própria dependência e associado ao capital estrangeiro, cujo resultado, teria sido uma inserção subordinada. Um dos principais intelectuais representativos dessa vertente foi Fernando Henrique

Cardoso que escreveu livros, em meados da década de sessenta, com o chileno Enzo Faletto, que se tornaram clássicos na história do pensamento político e social da América latina.

Do lado da direita, a radicalização das forças reacionárias relacionadas aos interesses do grande capital internacional e nacional esteve presente em várias ocasiões: em 1954, ocorreu o ataque a Getúlio Vargas resultando no seu suicídio e, segundo muitos autores sobre o período, retardou o golpe que se preparava para acontecer naquela ocasião. Em 1955, houve a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República por conta de seu vice, João Goulart, mostrando determinação de impedir a entrada deste no poder. Em agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, mais uma vez, diante da possibilidade de Jango assumir, respaldado na Constituição de 1946, os militares tentaram impedi-lo, pois, Jango representava um legado nacionalista e trabalhista.

A renúncia de Jânio Quadros foi um novo desafio que Jango teve que enfrentar com as correntes do golpismo, que se recusou a lhe dar posse através da decisão da cúpula militar. As ameaças à democracia liberal que se construía com dificuldades, tinham sua origem nos interesses políticos e econômicos de grandes corporações econômicas e dos militares formados e influenciados pela geopolítica norte-americana, que atrelava a América do Sul à sua dominação imperialista, através, da Doutrina de Segurança Nacional, preconizada pela Escola Superior de Guerra.

A empreitada contra o que Jango simbolizava mobilizava recursos materiais de grande monta e um esforço ideológico proativo com o objetivo propagandístico da grande imprensa, sempre comprometida com as ideologias que buscam argumentos que justifiquem a permanência das estruturas que sustentam a desigualdade entre as classes sociais e a perpetuação das elites no poder. Quando ministro do Trabalho do segundo governo de Getúlio Vargas, João Goulart propôs um aumento de 100% no salário mínimo, provocando a ira do patronato do campo e da cidade. Foi escolhido vice-presidente por Juscelino devido ao seu simbolismo na defesa da legalidade democrática, que garantiu ao longo desse governo.

O governo de Juscelino Kubitschek acelerou intensamente o processo de industrialização, favorecendo a penetração do capital estrangeiro, pondo em prática o modelo associado de industrialização. No entanto, no processo dialético da história, a grande urbanização provocada pelo desenvolvimento e as contradições do capitalismo,

também, facilitaram o aumento da organização sindical, se constituindo, assim, numa das forças políticas de pressão pela realização das reformas de base, de caráter nacionalista. Diante dessa ameaça aos interesses imperialistas, houve uma adesão por parte de políticos, intelectuais e militares, somando-se à burguesia, supostamente nacional, ao modelo Associado e Dependente.

Quanto à “burguesia nacional”, ela teria assistido “passivamente” ao desenrolar dos acontecimentos, apoiando a queda de Jango e não cumprindo a tarefa histórica das burguesias dos países do capitalismo central. A despeito do caráter a ela imputado, como já foi mencionado, pelo próprio Partido Comunista, de distributiva e nacionalista, ela contrariou tais expectativas e contribuiu para afirmar a condição de parceiro do Estado Brasileiro à estratégia global das corporações multinacionais.

Os articuladores do Modelo Associado e Dependente tinham como preocupação eliminar a possibilidade da tomada de poder pela esquerda, impedir o crescimento dos grupos nacionalistas e promover a reintegração do Brasil nos quadros do capitalismo internacional, com o reconhecimento dos Estados Unidos como potência hegemônica. Tais objetivos seriam conseguidos a partir do golpe e a implantação de um regime autoritário capaz de promover a modernização por meio de uma crescente penetração do capital estrangeiro, do alinhamento incondicional do Brasil aos Estados Unidos e a eliminação dos conflitos e tensões de classe, através da repressão policial/militar. Para isso, era fundamental a militarização da política e a liquidação da democracia liberal.

### **Golpe e não Revolução de 64**

Assim como os articuladores e envolvidos com o golpe atual negam que o processo forjado, por eles, e conduzido ao impeachment da presidente, seja um golpe, os militares também negaram que sua façanha golpista, em 1964, fosse isso, e a chamavam de “Revolução de 64”. A apropriação do termo revolução tem vários significados e já foi objeto de outras análises. Vamos mencionar alguns: o termo revolução tinha na época um apelo grande e exercia atração sobre uma juventude que questionava, não só a política, mas, também, valores sociais e culturais tradicionais, tais como, a família e suas regras morais e comportamentais, o poder repressivo das instituições, entre às quais, se destacava a escola e sua hierarquia, os valores e padrões que envolviam a indústria cultural, entre outros. Ao se apropriar do termo revolução, os golpistas de 64, tentaram

descaracterizá-lo desse contexto que o identificava com mudanças e transformações profundas na realidade brasileira.

Uma outra interpretação, a dos próprios militares, é a da purificação da democracia. A direita tomou o poder com a tese de que só a revolução poderia salvar a democracia brasileira ameaçada pela corrupção e pela intenção da revolução comunista. Nesse sentido, a “revolução de 64” seria a redenção da sociedade brasileira, moralizando as instituições políticas, garantindo a segurança da nação e promovendo o desenvolvimento econômico. O novo regime começou a mudar as instituições do país, através de decretos determinados pelo poder executivo e aprovados, sempre, pelo poder legislativo que mantinha uma aparência de legalidade ao permitir a existência dos dois partidos, supostamente, o da situação e o da oposição, respectivamente, ARENA e MDB.

A preocupação de conferir legitimidade ao golpe estava no esforço e nas manobras para buscar enquadrar seus atos dentro de um arcabouço jurídico forjado pelo arbítrio para justificar o regime de exceção que violentava a democracia em construção, no período anterior. Assim, o termo revolução foi distorcido ao ser sequestrado de um campo de referências para outro com o intuito de atribuir legitimidade ao sistema, enquanto, institucionalizava-se a repressão. Essa mesma preocupação de buscar argumentos dentro das leis, no caso atual, na Constituição de 1988, percebe-se nos articuladores do impeachment da presidenta e, neste momento, tentando sequestrar e distorcer o termo democracia.

Pois, este pressupõe, necessariamente, o conflito, considerando que a sociedade não é homogênea, o pensamento único só é possível através do autoritarismo, tenha ele a forma que tiver, o seu conteúdo é determinado pelos interesses dominantes em detrimento do debate e da participação de amplos grupos sociais. As tentativas de anular os conflitos na sociedade e nas instituições, na busca de consensos, caminham em sentido contrário ao da construção da democracia, pois, esta não prescinde das diferenças, da heterogeneidade e da pluralidade política e cultural. Há uma disputa em torno do conceito de democracia, que se torna bastante perceptível no momento atual. Em torno dele, se verificam correntes em disputa pelo poder, cada uma reivindicando para si a autenticidade jurídica de sua interpretação da Constituição de 1988.

Para a esquerda, a democracia está relacionada, também, às condições materiais de existência e, portanto, às questões sociais, a luta pelos direitos sociais e pela igualdade está no seu horizonte. Para o pensamento liberal clássico, o conceito de democracia está

calcado numa noção de indivíduo racional, capaz de fazer escolhas que lhe conferem méritos ou deméritos. Defendem a democracia representativa, na qual, todos teriam o direito ao voto, devido à necessidade de legitimar o poder pelo consentimento dos governados.

O neoliberalismo atual tem demonstrado uma difícil tendência de conviver com a democracia. Várias análises têm procurado mostrar a penetração dos valores de mercado no campo da política, dificultando a formação dos processos coletivos de decisão, fragilizando a dimensão pública da sociedade. Nesse caso, os valores individualistas do mercado estariam se sobrepondo aos valores políticos/coletivos de cidadania, desresponsabilizando as pessoas das obrigações de participação política como dever da convivência em sociedade. (Streeck, Wolfgang. O cidadão como consumidor, Revista Piauí, n. 79, abril de 2013). O neoliberalismo se caracteriza por sua política antirreformas sociais, antirregulacionista, antidireitos do trabalho e direitos sociais em geral, ou seja, constitui um ataque ao Estado do Bem-Estar Social que, ainda resiste em muitos países, bem como às tentativas, mesmo que frágeis de construir o arremedo desse regime nos países periféricos.

A essência das mudanças trabalhistas em curso implementadas pelo governo golpista e ilegítimo se refere à afirmação do negociado sobre o legislado, à flexibilização da jornada de trabalho, à introdução de novas modalidades de contratação, por exemplo, o trabalho intermitente, e a ameaça à garantia de gratuidade do processo trabalhista. Assim, as modificações introduzidas pela lei n.13467/17 constitui um ataque ao polo protetivo trabalhista e sinalizam para uma maior concentração da renda com a compressão dos salários e aumento das desigualdades sociais. A consequência será a contenção do consumo das famílias trabalhadoras, desestimulando o investimento privado, ou seja, na contramão da política econômica, de inspiração keynesiana do período Lula. Os efeitos serão deletérios para aqueles que dependem fundamentalmente do consumo popular, inclusive o enorme setor informal da economia.

Os técnicos da Organização Internacional do Trabalho que estudam o impacto recente das reformas trabalhistas em vários países têm observado não uma queda do desemprego, contrariando os defensores do atual modelo de acumulação de capitais, mas um aumento do subemprego, com consequências negativas sobre o nível dos rendimentos do trabalho. As reformas neoliberais têm sido acompanhadas por um aumento da pobreza

e das desigualdades sociais no mundo todo e uma intensificação dos níveis de violência social.

### **Existem semelhanças entre os dois momentos?**

Em meio aos intensos conflitos ideológicos, parecia que o país pendia para a esquerda e o presidente da República, também. São vários os fatos que corroboram essa interpretação do governo Goulart: tomou providências para a decisiva implantação da Eletrobrás, uma herança inconclusa de Getúlio Vargas, concedeu aumento de 100% do salário mínimo, repetindo o governo Vargas, preparava as condições para a lei de remessas de lucros, e para aprovar no Congresso medidas que favorecessem as reformas de base. No campo da educação, vários avanços foram conquistados com Darcy Ribeiro implantando a Universidade de Brasília, voltada para a produção de conhecimentos libertários, entre outras propostas progressistas. No dia 13 de março de 1964, Jango deu sua cartada final no Comício da Central para lançar as reformas de base.

As reformas estruturais envolviam vários setores da sociedade e tinham a clara intenção de atender às demandas das classes mais pobres e trabalhadoras, numa perspectiva distributivista e nacionalista, sinalizando para a diminuição das desigualdades sociais, da promoção da cidadania e da democracia. No âmbito da educação havia intenso incentivo e investimento na escola pública, sendo-lhe destinados 15% dos lucros nacionais. A reforma tributária seria de caráter progressivo, no sentido de que os impostos seriam proporcionais aos lucros. A reforma urbana também contemplaria as necessidades dos despossuídos, através da venda de imóveis excedentes ao governo a preços baixos que os destinariam aos sem-tetos. A reforma agrária afetaria os interesses dos grandes latifundiários, cuja propriedade possuísse mais de 600 hectares, seria objeto da repartição das terras. A instituição do sufrágio universal, através do direito de voto aos analfabetos. E a lei de remessa dos lucros, impondo limites rígidos para o seu envio ao exterior, pois, estes deveriam ser reinvestidos no Brasil, numa clara oposição aos interesses das multinacionais.

Em 1964, as ações se radicalizaram de parte a parte, terminando com o grande confronto entre manifestações – o comício da Central em 13 de março de 1964, quando Jango mobilizou uma imensa massa imbuída de espírito combativo e fez as propostas concretas abominadas pela direita. Existem muitas especulações e teses a respeito da ausência de reação ao golpe, por parte de João Goulart, quando parcelas expressivas do

Exército estariam ao lado do presidente. Sobre este ponto, as razões estariam na informação que só veio a público no fim dos anos 1990, quanto à decisão do governo norte-americano de apoiar os golpistas na área diplomática e na área logística e militar. Atualmente, é de conhecimento público que uma frota com armamentos e marines já estaria a caminho da costa brasileira para intervir diretamente no conflito que viesse a se instalar. Forneceria armas e tropas de apoio aos governadores golpistas, ao mesmo tempo que a Casa Branca reconheceria um governo paralelo formado por ele.

O momento histórico em que ocorreu o golpe militar, que vinha sendo planejado desde o segundo Governo Getúlio Vargas, traz algumas questões para refletirmos sobre a presente conjuntura, considerando as diferenças entre os atores envolvidos, em relação à própria natureza do golpe e, principalmente, das características históricas de um momento e de outro, das questões políticas e ideológicas explícitas e implícitas nas ações das instituições representativas dos poderes republicanos e de seus agentes. E, principalmente, do processo de acumulação capitalista, das relações entre os países, considerando as mudanças ocorridas no âmbito do imperialismo, no quadro de uma intensa mundialização do capital e de valores próprios da sociedade de consumo.

### **Perspectivas atuais**

Na comparação entre o período pré-64 e o momento atual, constatamos a oposição entre dois campos políticos e ideológicos que vem se manifestando no espaço público, seja nas grandes manifestações de rua, seja em manifestações mais localizadas em espaços menores, seja na imprensa, seja nos debates acalorados entre as pessoas no cotidiano, seja nas análises de intelectuais, seja nas redes sociais e seja nos fóruns de decisões, como nos poderes legislativo e judiciário. Novamente, duas grandes correntes parecem se contrapor no que se refere às suas propostas de gerir ou superar a crise que marca a sociedade brasileira, atualmente. Nesse sentido, são muitas as análises que se pautam pela afirmação de dois campos em disputa.

Atualmente, os setores mais progressistas da sociedade brasileira lutam pela legalidade do Estado de Direito, pela frágil democracia em construção, pelas pequenas conquistas no mundo do trabalho, diante do tamanho das desigualdades sociais e das necessidades da classe trabalhadora. Estas foram contempladas minimamente pelos programas sociais dos governos petistas, que se tornaram alvo dos ataques das forças econômicas e políticas que se aglutinam em torno do projeto de retrocesso conservador e

reacionário dos setores golpistas que promoveram o impeachment da presidenta Dilma. Estes se valem de manobras jurídicas, das posições antirrepublicanas e antidemocráticas de um poder legislativo corrupto e da grande mídia, sempre comprometida com a defesa de seus poderosos interesses econômicos e do monopólio ideológico das informações. Sua influência nefasta na mentalidade, nos valores políticos e culturais da população já foram ressaltados em vários estudos sobre essa questão.

A luta contra o golpismo de direita tem sido o ponto de convergência dos setores de esquerda, mesmo com suas divergências ideológicas, que se refletem nas concepções a respeito das políticas implementadas pelo Partido dos Trabalhadores. Muitas delas consideram que as políticas sociais do PT constituem um ponto de inflexão e um grande avanço em relação às políticas neoliberais que predominavam no período anterior e, diante das críticas sobre o caráter tímido de suas propostas e da política de alianças de classes, os defensores argumentam a partir do princípio do realismo político e do pragmatismo, que se assim não fosse, o PT não chegaria a ser governo. Outros grupos de intelectuais, de movimentos sociais e partidos de esquerda pensam que os avanços empreendidos pelo Partido dos Trabalhadores foram pífios diante das necessidades estruturais da sociedade brasileira e que ele teria aberto mão de princípios históricos em troca de um projeto de poder.

Num artigo recente, Jessé Souza (Souza, Jessé. Quem deu o Golpe e contra quem? Folha de S. Paulo, 24/04/2016) afirma que desde os anos trinta, a história do Brasil oscila num movimento pendular, de um lado, uma elite do dinheiro ou da rapina, que tem suas origens no Brasil escravocrata e, no outro polo, um projeto que pensa na construção de um país grande para a maioria da população. Assim, para ele, o conflito entre o projeto desenvolvimentista e a elite saqueadora das riquezas nacionais vem atravessando várias gerações de brasileiros. Em 2002, o governo eleito tentou, mais uma vez, implementar propostas de apoio à indústria nacional e a ascensão de setores populares via a valorização real do salário mínimo e outras tantas políticas sociais já mencionadas.

Segundo o autor, recentemente, a elite do dinheiro e a classe média incomodada com a presença dos pobres nos locais que antes não eram partilhados com eles, estabeleceram uma coalizão contra o projeto inclusivo e desenvolvimentista da esquerda. Essa aliança conta com um novo parceiro importante no processo do impeachment em curso: o aparato jurídico-policial do Estado que passou por mudanças expressivas desde a Constituição de 1988, com os altos salários dos profissionais dessas corporações e a

aquisição de privilégios os transformaram numa “casta jurídica” que, contando com a “seletividade midiática”, tendem à criminalização da esquerda. De acordo com o autor, novamente, o Brasil estaria cindido entre dois projetos econômicos e sociais que o dividem entre a esquerda e a direita. Assim como ele, tantos outros intelectuais tem enfatizado essa divisão da sociedade brasileira, na atualidade, mesmo que não concordem sobre outros pontos da conjuntura.

Na mesma linha, o cientista político, André Singer, também analisa o processo de impeachment da presidenta Dilma como uma grande ofensiva do grande capital e seus aliados contra os governos populares do PT, mesmo admitindo que estes não sejam socialistas, o autor afirma o seu caráter desenvolvimentista e inclusivo, tal qual o segundo governo Vargas. André Singer defende a ideia de que os golpistas pretendem criminalizar o conjunto de alternativas populares e tirá-la de cena, talvez, por muito tempo. Ele compara o momento atual com o contexto de 1954, quando a pressão dos golpistas, teria levado ao suicídio de Getúlio Vargas. (Singer, André. Domingo viveremos um episódio maior da luta de classes no Brasil, Rede Brasil Atual, 14/04/2016).

Na comparação entre os dois momentos, o sociólogo Laymert Garcia dos Santos interpreta a conjuntura atual como regressiva ao compará-la com o momento de instituição do AI-5, pelo regime militar em 1968. O autor coloca três pontos essenciais para se compreender a atual conjuntura. No primeiro, ele afirma o caráter lúmpen do parlamento brasileiro que ficou evidente na espetacularização da votação do impeachment na Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016. O segundo aspecto, por ele ressaltado é, justamente, o caráter regressivo do golpe que lhe sensibiliza pela semelhança com a prática dos militares contra os setores progressistas da sociedade, que não esperavam viver, novamente, o período sombrio da ditadura. O terceiro ponto destacado pelo autor é a vivência subjetiva da situação por parte daqueles que viveram as consequências da violência que foi a promulgação do AI-5 que, para essa geração, significou a concretização do golpe militar. (Santos, Laymert G. É Golpe, Blog O Cafezinho, 1º de Maio, 2016).

Para lembrar: o Ato Institucional nº 5 suspendeu a concessão do habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitiu demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos políticos e civis, determinou que os julgamentos de crimes políticos fossem realizados por tribunais militares, sem direito a recurso. A conjuntura na época era de questionamento, inquietação e mobilizações dos

setores oposicionistas, entre os quais o movimento estudantil, movimento grevista de trabalhadores, aproximações e articulações de líderes políticos do período pré-64 e o início da luta armada por parte dos grupos revolucionários de esquerda.

As referências aos autores acima, tiveram a intenção de demonstrar a ideia da existência de duas tendências em conflito na sociedade brasileira atual, às quais poderíamos denominar de progressistas e conservadoras, ou desenvolvimentistas e neoliberais, ou igualitárias e inigualitárias, ou esquerda e direita, para caracterizar a divisão e as disputas políticas e ideológicas entre os governos petistas e quem os apoia, neste momento, e os articuladores do golpe jurídico, legislativo e midiático que disputam espaço na sociedade brasileira, atualmente.

Assim como os autores citados, outros tantos e muitos tem admitido essa polarização, mesmo com todas as divergências possíveis quanto às análises e considerações sobre a natureza dos governos petistas, se progressistas ou se semelhantes aos governos neoliberais que os antecederam e, também que os sucederam. Além disso, os artigos citados estabelecem a comparação com o período pré-64, quando os militares com o apoio de muitos civis, impingiram um regime político ditatorial à sociedade brasileira, para interromper um processo de mobilizações populares de cunho progressista por trazerem demandas de igualdade social. Talvez, seja esse o ponto crucial da disputa e o que diferencia os dois grupos e as duas vertentes políticas da população.

Sobre a questão de dois projetos, em artigo recente, Pochmann (2017), analisa a posição do Estado Brasileiro ao longo da história do capitalismo no Brasil e mostra como os governos da Nova República até os anos 2000, empreenderam, através do receituário neoliberal, políticas econômicas que favoreceram a maior internacionalização do parque produtivo nacional, a privatização do setor público e a desindustrialização do país. Com essas políticas, ficou inviabilizada a retomada do crescimento econômico com inclusão social no Brasil. Nesse contexto, segundo o autor, houve um maior agravamento econômico e social, devido à ausência de crescimento da produção, elevando o desemprego e a exclusão social, mesmo com a estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real. Em contraposição, Pochmann ressalta a experiência dos governos petistas nos anos 2000 que, mesmo sem negar a existência de uma onda globalizante da economia mundial, trilhou um caminho mais independente na formulação de políticas econômicas e sociais, de caráter inclusivo e de crescimento econômico sustentável.

Essa discussão, novamente, é importante no que se refere à disputa entre dois projetos de desenvolvimento econômico e de sociedade, que envolvem a incorporação ou não de direitos de cidadania, entre os quais, a defesa da educação democrática, progressista e igualitária. Não por acaso, nos anos 90, a preocupação com o processo de exclusão de segmentos da população, especialmente dos jovens, era tema de discussão em sindicatos, universidades e movimentos sociais, etc. Nos governos dos anos 2000, a preocupação com a inclusão de estratos da sociedade, perdedores das políticas neoliberais da década anterior, estava presente no horizonte de políticas públicas que se pautaram pela não dissociação entre crescimento econômico e direitos sociais.

### **Algumas conclusões provisórias**

Nos dois períodos históricos comparados, a interrupção de um processo de conquistas democráticas, de tendências reformistas, protagonizados por governos populares que tem no seu horizonte a diminuição da desigualdade social no país, parece ser um ponto comum desses dois atos, que podemos denominar de golpe. Este se explica pela tentativa de eliminar e exterminar do cenário político um projeto social representativo de muitos segmentos sociais. Essa tentativa está presente, no momento atual, em que a classe dominante, associada à casta jurídica, à grande mídia e poder legislativo, impedem a candidatura do maior líder popular da história do Brasil.

Não é possível afirmar que o PT era portador de um projeto transformador de classe, na medida em que não esteve em sua pauta a luta pelo socialismo. Além disso, os governos do PT pareciam ter forte influência de uma corrente do pensamento econômico que aposta num desenvolvimento capitalista com maior distribuição de riqueza e renda a partir do investimento na produção e menor incentivo ao capital rentista. Este também constitui um aspecto importante de divergências entre frações de classes dominantes, cujos interesses podem estar ameaçados, num possível novo governo Lula.

Sobre as divergências no âmbito das classes dominantes, Armando Boito Jr., considera que houve uma ofensiva restauradora da direita neoliberal que pretende recuperar a hegemonia do grande capital internacional, de setores da burguesia nacional a ele aliados e a classe média alta que tomou as ruas a favor do impeachment. Quanto à responsabilidade do governo petista em relação à crise política atual, o autor atribui ao que ele denomina de recuo do governo neodesenvolvimentista da presidenta Dilma diante

da ofensiva da direita, através do programa neoliberal ortodoxo. (Boito, Armando, Jr. *Le Monde Diplomatique*, Brasil. Número 104, março, 2016).

O autor também se pauta pela análise do conflito entre duas grandes vertentes políticas em disputa e que apresentam contradições internas aos blocos a que pertencem. Nesse momento, o inimigo principal a ser combatido pelos setores progressistas, ainda, segundo o autor, é o golpe de Estado branco, preparado pelo PSDB, com o apoio das instituições estatais responsáveis pela manutenção da ordem: Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário. Porém a política de recuo passivo do governo, demonstrando compartilhar ideias da oposição, teria enfraquecido a resistência à ofensiva golpista da direita e colocado questionamentos sobre o apoio dos movimentos populares ao governo Dilma.

Esse é um ponto crucial para as esquerdas, atualmente, havendo muitas divergências a respeito da natureza do apoio e da própria defesa do governo. Para os setores de esquerda que consideram que o Partido dos Trabalhadores promoveu avanços significativos na diminuição da pobreza, na diminuição da desigualdade social e nas políticas de inclusão social, trata-se, agora, de defender a democracia e o próprio governo da ofensiva conservadora e neoliberal. Para setores de esquerda críticos ao PT, devido às tímidas mudanças por ele empreendidas e, assim, não ter realizado as reformas de base e ter adotado uma política de colaboração de classes e apaziguamento dos conflitos sociais, a questão é outra. Nesse caso, a orientação é de que os movimentos populares devem se posicionar contra as forças poderosas e sinistras do golpe, sem defender, necessariamente, as políticas governistas que, segundo muitos intelectuais de esquerda, elas teriam se rendido ao neoliberalismo.

Nessa linha, o pensamento de Michael Löwy pode ser tomado como exemplo de uma posição de esquerda anticapitalista e marxista heterodoxa, por abordar vários fatores, além dos econômicos, na explicação da crise atual e também por questionar o caminho da revolução, segundo o modelo leninista clássico. Segundo esse intelectual, o atual governo do PT, teria se enveredado por uma política econômica e social neoliberal e fortemente antipopular, caracterizada por imensas concessões aos bancos, ao capital financeiro e aos latifundiários, sendo muito difícil para os socialistas e anticapitalistas tomar a sua defesa.

No entanto, para ele, não é necessária a defesa do governo petista e de sua linha política para que os grupos revolucionários tomem posição contrária às manobras e às

tentativas de forjar um “golpe legal” no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Segundo o autor, não haveria contradição para os socialistas em defender a democracia contra as ofensivas reacionárias e profundamente anti-democráticas que caracterizam esse processo de golpe, em curso, contra uma presidenta, eleita democraticamente. (Löwy, Michael. Entrevista publicada no Blog da Boitempo, 8/4/2016)

No entanto, pode-se caracterizar o neodesenvolvimentismo lulista por políticas sociais de alto impacto, como o programa Bolsa Família que retirou 40 milhões de pessoas da miséria, contribuindo para a redução da pobreza absoluta. Para a redução da desigualdade foi fundamental a elevação do salário mínimo, que alcançou 85% entre 2003 e 2014, atingindo mais de 20 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social, incidindo sobre a distribuição de renda. Ao mesmo tempo, outras tantas iniciativas de políticas sociais foram implementadas, com destaque para a educação superior e a inclusão de pessoas que, historicamente, não teriam acesso a ele: Programa Universidade Para Todos (ProUni), o projeto Reuni, responsável pela criação de dezoito novas universidades e a melhoria do Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior (Fies).

Além desses um grande número de outros programas sociais administrados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), como o programa de Cisternas, que entregou mais de 750 mil desses equipamentos no Nordeste entre 2011 e 2014, diminuindo os efeitos da maior seca enfrentada pela região em 50 anos. Na mesma linha de atender necessidades mínimas da população, temos o programa Minha Casa Minha Vida que contribuiu para que milhões de brasileiros tivessem casa própria, o programa Luz Para Todos, criado em 2003, levou energia elétrica a mais de 3 milhões de famílias do meio rural em todo o país. Cabe lembrar, também, uma série de programas na área cultural e a facilitação para as pessoas de baixa renda e os segmentos sociais que sempre foram alvo de preconceitos e exclusão, as chamadas “minorias” (negros, pardos, indígenas, mulheres, LGBT) através de cotas. E outros mecanismos similares. E também o reconhecimento das empregadas domésticas como trabalhadoras portadoras de direitos trabalhistas e sociais. Portanto, os avanços sociais promovidos pelos governos petistas foram significativos, considerando como a questão social foi tratada, historicamente, no Brasil. Enfim, o projeto petista de reformas com vistas a criar uma sociedade salarial ocorreu em meio às contradições do governo Lula, entre elevar a classe trabalhadora à

condição de cidadania sem confrontar as classes dominantes e a acumulação de capital, que, conforme dito pelo próprio ex-presidente, “os banqueiros nunca ganharam tanto” arrefeceu a possibilidade da luta de classes.

Existem muitos aspectos a serem considerados na análise do momento presente, entre eles, a própria crise do capitalismo, desde 2008 e suas estratégias de acumulação, buscando o lucro, através da especulação, dos juros altos, da financeirização, das mudanças no mundo do trabalho que penalizam os direitos dos trabalhadores, dos métodos primitivos, combinando com a alta tecnologia, etc. Está presente, também, a crise de representação da democracia burguesa, a começar da relação entre os poderes do Estado e a ausência de uma real representatividade das instituições que, supostamente, deveriam exercer esse papel.

A onda conservadora que assola vários países do mundo, também, é um ingrediente a ser considerado nesse momento histórico. A crise da própria esquerda que esteve espremida entre a avalanche neoliberal das últimas décadas e as tentativas reformistas, porém, muito aquém do reformismo clássico, capaz de empreender mudanças com vistas à diminuição da desigualdade social, através de reformas estruturais. A ausência de unidade dos partidos e grupos de esquerda e pouco trabalho de base, levou uma parcela da esquerda a atuar no campo das negociações sindicais ou parlamentares. Outra parcela optou pelas discussões acadêmicas, trabalhos em ONGs, etc;

No entanto, vale ressaltar alguns aspectos que podem indicar novos caminhos e possibilidades históricas para a perspectiva revolucionária de transformação das estruturas da sociedade. Uma delas, talvez, a mais importante, é a mobilização dos movimentos sociais que o atual conflito vem despertando. São muitos os atores na cena política, atualmente, desde os movimentos mais tradicionais, como os sindicatos, o MST, o MTST, professores mobilizados, como, também, novos movimentos culturais da periferia e que tem ocupado um espaço político, até os estudantes secundaristas que, embora, não seja algo inédito na história dos movimentos estudantis, mas, há muito tempo, não se via estudantes do ensino fundamental e médio ocuparem as ruas e a própria escola, na defesa dos direitos de todos, da qualidade e da inclusão. Assim, apesar da gravidade do momento, a conjuntura apresenta uma grande riqueza de novas possibilidades de “reinvenção” da política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA MONIZ. **O Caminho da Revolução Brasileira**. Editora Melso, Rio de Janeiro, 1963.
- \_\_\_\_\_. Entrevista, **Revista Margem Esquerda**. Editora Boitempo, 2013.
- BOITO, Armando Jr. A Natureza da Crise Política Brasileira. Artigo publicado no **Le Monde Diplomatique**, número 104, março, 2016.
- CARDOSO, Fernando H; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Editora Zahar, São Paulo, 1970
- DREYFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Editora Vozes, Petrópolis, 1981.
- GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a Dependência**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994.
- KONDER, Leandro. **Revista Margem Esquerda**, nº 3, Editora Boitempo, 2004.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. Editora Estampa, Lisboa, 1970.
- PERI, Marcos. **Perspectivas da Revolução Brasileira**. Editora Autores Reunidos, 1962.
- SANTOS, Wanderley G. **Quem Dará o Golpe no Brasil?** Coleção Cadernos do Povo. Editora Civilização Brasileira, São Paulo, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Sessenta e Quatro: Anatomia Da Crise**. Editora Vértice, São Paulo, 1986.
- SANTOS, Laymert G. **É Golpe**. Blog O Cafezinho, 1º de Maio, 2016.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política, 1964-1969. In: \_\_\_\_\_. **O pai de família e outros estudos**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1978, p. 61-92.
- SINGER, André. Domingo Viveremos um Episódio Maior de Luta de Classes, **Rede Brasil Atual**, 14/4/2016.
- SOUZA, Jessé. Quem deu o Golpe e Contra Quem? **Folha de São Paulo**, Ilustríssima, 24/4/2016.
- STREECK, Wolfgang. O Cidadão como Consumidor, **Revista Piauí**, nº 79, abril, 2013.

## A JUVENTUDE E O GOLPE<sup>8</sup>

Marcos Alexandre Capellari<sup>9</sup>

### RESUMO

Este artigo foi escrito no primeiro semestre de 2018, por ocasião do curso “O golpe de 2016 e o futuro da democracia” (IFSP). Ele tem como objetivo discutir os papéis desempenhados pela juventude durante o período que culminou no golpe de Estado de 2016. Para tanto, reflete sobre a construção do imaginário relativo à “juventude” a partir da década de 1960. Além disso, discute os papéis desempenhados pelos demais agentes sociais nos eventos que desencadearam o *impeachment* da presidente Dilma Roussef. Para tanto, considera as análises de autores que escreveram sobre o tema e a documentação disponível. A hipótese proposta é a de que o comportamento da juventude não foi uniforme, mas que as ações de alguns de seus grupos ajudaram a criar as condições para o golpe.

**Palavras-chave:** Juventude no Brasil; Jornadas de Junho; Impeachment de Dilma Roussef; Golpe de Estado de 2016.

### Introdução

Distanciamento temporal não é condição, mas recomendável na produção historiográfica. Documentos mantidos em sigilo e testemunhos emudecidos pelas forças em atrito são obstáculos para análises cuidadosas de determinados eventos no período de sua eclosão. Interesses ocultos muitas vezes são revelados apenas ao longo dos anos e décadas seguintes, quando a poeira já baixou. Só então determinadas narrativas se tornam dominantes, o que não invalida narrativas rivais. O tema é polêmico entre historiadores. No entanto, segundo Ciro Flamarion Cardoso,

As razões invocadas no passado contra a prática da História Imediata – em especial, que é preciso deixar passar algum tempo para que esfriem as paixões e se possa ser ‘imparcial’; ou que a documentação necessária em parte não esteja acessível para o passado imediato devido a ‘razões de Estado’ – refletiam uma História que acreditava no mito da imparcialidade e dava importância exagerada ou, mais exatamente, unilateral à documentação e às temáticas *políticas* (estatais, militares, diplomáticas); de qualquer modo, limitada ou não por segredos estatais, a documentação sobre o passado imediato é infinitamente mais rica e variada do que aquela de que podemos dispor, por exemplo, para *qualquer* período ou assunto de História Antiga, Medieval ou Moderna! (CARDOSO, [201-?]).

---

<sup>8</sup> Texto referente à aula ministrada no curso de extensão “O golpe de 2016 e o futuro da democracia”, oferecido pelo IFSP em 2018.

<sup>9</sup> Doutor em História Social/FFLCH-USP, Professor EBTT/IFSP, Campus Salto.

É preciso enfatizar que a produção historiográfica, a exemplo da própria história vivida, é espaço de disputa entre atores sociais com interesses antagônicos. Historiadores, assim como os demais sujeitos históricos, ocupam “lugares” diferentes no interior do espectro social e sua interpretação dos fenômenos é matizada pela teoria e metodologia adotadas, bem como pela sua visão de mundo.

Ou seja, a historiografia jamais é neutra, mesmo quando produzida com “distanciamento temporal” (CERTEAU, 1982, p. 65-77).

Em relação ao recente afastamento de Dilma Rousseff da presidência da república, e ainda que não haja longo distanciamento temporal, existem duas narrativas em disputa.

A primeira delas considera legítimo o *impeachment* ocorrido em agosto de 2016. O impedimento, previsto na Constituição de 1988 para crimes de reponsabilidade, teria ocorrido de acordo com os ritos exigidos pela lei. Ou seja, segundo essa narrativa, todas as etapas do processo que tramitou no Congresso Nacional com respaldo do Supremo Tribunal Federal atenderam à legislação pertinente, não havendo, portanto, nenhum atentado à democracia. A narrativa em questão foi avalizada por parte dos formadores de opinião, principalmente dos grandes veículos de comunicação de massa (mídia). Houve, igualmente, apoio do empresariado, representado por entidades patronais como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e por uma parcela da população, principalmente de segmentos da classe média tradicionalmente hostil a governos de esquerda.

Adotada nesta discussão, a segunda narrativa entende o *impeachment* referido como golpe de Estado. Considera a acusação, o processo e a sentença como atos de violência contra a vontade popular, isto é, contra a democracia, uma vez que destituiu a presidente eleita pela maioria da população.

Entende que a acusação de crime de responsabilidade, baseada na questão das “pedaladas fiscais”, não tinha sustentação (MARQUES, 2016; ROSÁRIO, 2015), sendo uma artimanha jurídica que, uma vez encenada pelo Congresso com a cumplicidade tácita do Supremo Tribunal Federal (MIOLA, 2016; SERRANO, 2016), foi avalizada pela mídia corporativa de modo a estabelecer um “clima” para a destituição de Dilma Rouseff. Entende, igualmente, que a difusa acusação de “corrupção no governo” não atingia a figura da presidente, ao passo que boa parte dos congressistas favoráveis ao *impeachment* tinha alguma pendência com a justiça. (MATSUKI, 2016).

Em suma, o golpe parlamentar, com apoio do judiciário e da grande mídia, atendeu a interesses contrários aos expressos pela vontade popular, na medida em que, uma vez consumado, o governo golpista estabeleceu uma agenda de medidas contrárias às estabelecidas pelo projeto de governo vitorioso na última eleição.

Ao contrário da primeira, esta narrativa é avalizada por boa parte de veículos de comunicação independentes (mídia alternativa), por intelectuais e artistas de esquerda, pelos movimentos sociais e pela parcela da população, de vários segmentos sociais, alinhada ao projeto de inclusão social defendido pelo governo deposto.

Em se tratando de evento recente, não há aqui a pretensão de estabelecer conclusões a respeito da temática. Somando-se à segunda narrativa, a qual é sustentada por análises de diversos autores (JINKINGS, 2016; MATTOS, 2016; SOUZA, 2016) e por reflexões e debates formais e informais, seu objetivo é contribuir para o entendimento do papel da juventude ao longo do processo que desencadeou o golpe de 2016.

### **A juventude brasileira**

O termo “juventude” compreende múltiplos significados, variando segundo o enfoque empregado. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por exemplo, considera “jovens” os indivíduos entre 15 e 24 anos de idade. No entanto, entende que, em áreas rurais ou de extrema pobreza, o critério é outro, entre 10 e 14 anos; ao passo que, em regiões urbanizadas e de classe média, vai dos 15 aos 29 anos. (UNESCO, 2004).

Ou seja, o critério etário é insuficiente para definir “juventude”, sendo levados em consideração, neste caso, aspectos socioculturais. No Brasil, enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segue os critérios gerais da UNESCO (de 15 a 24 anos), o Estatuto da Juventude (EJ) considera jovens as pessoas de 15 a 29 anos de idade. (GROPPO, 2000; LEVI, 1996 e PÁMPOLS, 2004).

Muito embora costumeiramente seja entendida como uma fase entre a puberdade e a vida adulta, juventude é um período da vida humana que varia de acordo com a condição social, o período histórico e a cultura.

A despeito de sua imprecisão conceitual, quando aplicado à história social e política contemporânea o termo constituiu-se como representação social (MOSCOVICI, 2003) importante, sobretudo a partir da construção, desde a segunda metade do século

XX, de um imaginário a seu respeito, com base nas denominadas “rebeliões juvenis” da década de 1960.

Segundo Eric Hobsbawm, tais “rebeliões” estariam associadas à “revolução educacional” decorrente do intenso crescimento econômico ocorrido ao longo do primeiro período da Guerra Fria, denominado por ele “era de ouro do capitalismo”. O crescimento econômico capitalista deveu-se, entre outras razões, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à internacionalização do capital, gerando, mesmo em países periféricos, o declínio do campesinato e o crescimento de ocupações urbanas, entre elas as “que exigiam educação secundária e superior”. (HOBSBAWM, 2005, p. 289).

Esse crescimento se fez acompanhar da ampliação dos estratos médios da sociedade e, conseqüentemente, do número de jovens com acesso aos estudos, não só nos países ricos, como também nos países socialistas e no Terceiro Mundo.

A relação entre esse fenômeno e as rebeliões juvenis é apontada pelos estudiosos, pois foram precisamente os núcleos estudantis os focos de vários movimentos, motivados pela insatisfação com a organização universitária tradicional e com o *modus vivendi* ocidental, em suma, pelo anseio de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais (CAPELLARI, 2007, p. 15-6).

Ou seja, se até então a participação política dos jovens esteve associada a objetivos partidários, à esquerda ou à direita<sup>10</sup>, ela passou a representar interesses etários, isto é, relacionados à própria juventude enquanto grupo social. Sexo, família, loucura, espiritualidade, entre outros aspectos do cotidiano, passaram a frequentar a pauta dos debates ao lado da política, da economia e da sociedade, fazendo transbordar os conflitos da esfera privada para a pública.

Nesse contexto, uma parcela significativa da juventude passou a viver os novos ideais, rompendo com os costumes tradicionais e aderindo a um estilo de vida “descolado” e em oposição à cultura ocidental, baseada na disciplina e na repressão. Rebelando-se contra a denominada “sociedade disciplinar” (STEPHENS, 1998, p. 23), vários movimentos explodiram no interior de universidades de vários países. (CAPELLARI, 2007 e 2016; GARCIA, 1999; MARTINS, 2004; MATOS, 1989)

---

<sup>10</sup> A participação da juventude em partidos de direita e de esquerda, bem como a organização de entidades estudantis, como a UNE no Brasil, antecederam o fenômeno aqui discutido, qual seja, a construção de um imaginário a respeito de um novo grupo social, a “juventude”.

Ao longo dessa década, nos EUA e em outros países de onde se difundiram, movimentos de jovens defendiam os direitos civis de negros, de mulheres e de homossexuais, se opondo ao Estado repressor, à família patriarcal, ao sistema fabril e de consumo, ao racismo e a outros elementos da civilização ocidental. Protagonizada pela juventude, estava em curso a denominada “revolução cultural”, que acabou ficando conhecida na época como “contracultura” (CAPELLARI 2007, 2016; MARCUSE, 1978; ROSZAK, 1972).

No Brasil, a União Nacional dos Estudantes (UNE), posta na ilegalidade desde 09/11/1964 com a Lei 4.464 (lei Suplicy), atuava clandestinamente. No final da década, porém, a repressão política desencadeada pelo golpe de 1964 atingiu patamares de terrorismo de Estado. Em outubro de 1968 a polícia invadiu o sítio Murundu, em Ibiúna, local escolhido pelos estudantes para o trigésimo congresso da UNE, e prendeu seus principais líderes. Dois meses depois, com a edição do AI-5 e o recuo da sociedade civil na luta pacífica contra a ditadura, os estudantes ficaram isolados. Parte de seus membros acabou se engajando na luta armada (GORENDER, 2003), ao passo que outros mergulharam na contracultura. Em forte conflito com os valores defendidos pelos conservadores, essa parcela da juventude adotou um estilo de vida no qual a rebeldia, o amor livre e o uso de drogas psicotrópicas ganharam destaque. (CAPELLARI, 2007, 2016).

Seu comportamento, assim como a resistência dos jovens engajados politicamente, acabou ajudando a construir um imaginário a respeito dessa geração que não corresponde integralmente à realidade. Segundo Alfredo Syrkis,

Na verdade, foi uma geração, como eu gosto de dizer, que se trifurcou, no Brasil. Uma parte dela, após o AI-5, quando a ditadura se transformou em ditadura total, foi para a luta armada, para a clandestinidade; outra parte resolveu ir fundo na questão da contracultura, procurando criar um universo à parte, em que fosse possível viver: foram as comunidades rurais, o uso de drogas, sobretudo das alucinógenas, como o LSD. As pessoas passaram a viver juntas em comunidade, pequenas famílias, tentando não ler jornal, sair daquela realidade, sair daquele bode, como se dizia na época. Foram as pessoas que se tornaram hippies. E houve um terceiro segmento daquela geração, que acabou rapidamente se integrando àquilo que o sistema oferecia. (SYRKIS, 1999, p.112).

Além da divisão apontada pelo autor, é preciso considerar que a juventude aludida era composta principalmente por indivíduos de classe média, isto é, de jovens que podiam protelar seu ingresso no mercado de trabalho pelo menos até o final dos estudos.

E quanto à maioria, os jovens trabalhadores do campo e da cidade?

Há estudos sobre a participação social e política dos trabalhadores, mas a lacuna a respeito dos posicionamentos de seu segmento juvenil inviabiliza, por ora, inferências a respeito. Ou seja, as pesquisas atuais não oferecem subsídio para desenhar um quadro fiel da juventude em toda a sua dimensão.

No entanto, com base nas posições assumidas pela sociedade como um todo, pode-se depreender que as posições e a visão de mundo da juventude eram igualmente heterogêneas, tanto no tocante aos assuntos políticos como aos comportamentais.

Mesmo assim, a ideia de uma juventude politizada, resistente, rebelde ou, pelo menos, progressista acabou se consolidando no imaginário social como marca da geração dos anos de chumbo. Nesse aspecto, a indústria cultural contribuiu muito, ao difundir, muitas vezes de forma romântica, as lutas e os comportamentos contestatórios de parcela dos jovens de classe média como se fosse o perfil da geração como um todo (CAPELLARI, 2007).

Esse imaginário ganharia novas tonalidades no início da década de 1990 com o advento dos “caras pintadas”, como ficaram conhecidos os jovens que, com os rostos pintados de verde, amarelo e preto, tomaram as ruas de várias cidades durante o processo que levou ao afastamento do então presidente Fernando Collor de Mello, em dezembro de 1992. “Coincidentemente”, em agosto desse ano era exibida pela Rede Globo de Televisão a série “Anos rebeldes”, que abordava de forma romanceada a atuação da juventude durante os anos de chumbo.

A cobertura da imprensa acabou se encarregando de destacar as diferenças entre os dois movimentos: ao contrário dos jovens da década de 1960, que abraçaram a utopia revolucionária, o movimento dos “caras pintadas” estava focado apenas no resgate ético na política. Ou seja, os ideais de transformação radical da sociedade, presentes na mentalidade juvenil no período da Guerra Fria e de ditadura civil-militar brasileira, não fariam parte do perfil dessa geração.

É preciso lembrar que a construção desse novo imaginário deu-se em período marcado, de um lado, pela derrocada do socialismo no leste europeu e na URSS e, de outro, pela globalização financeira e conseqüente enfraquecimento do Estado, sob os auspícios do ideário neoliberal. No interior dessa “nova ordem”, a juventude representaria uma espécie de repositório ético da sociedade, disposta a se levantar, de forma comportada, contra os desmandos eventualmente cometidos pelos políticos.

A breve análise do perfil da juventude nos dois períodos históricos abordados revela o quão impreciso é o termo, mesmo quando aplicado a gerações específicas. A rigor, o perfil da geração de 1990 é tão heterogêneo quanto o da geração de 1960, sendo enfatizada, na construção desses imaginários, a participação de segmentos da juventude e não da geração como um todo. Neste último caso, inclusive, é enfatizado apenas um de seus aspectos: seu repúdio à corrupção presente no Estado.

Com o novo contexto geopolítico e nacional desse período, de implantação de agendas econômicas neoliberais e de ataque aos sindicatos, os movimentos sociais se enfraqueceram e a participação política da “juventude” brasileira foi igualmente tímida.

Ela voltaria a ganhar as páginas dos jornais em 2013, com as denominadas “jornadas de junho”, fenômeno que ajudaria a compor o enredo que desencadeou o golpe de 2016.

A fim de entender o papel da juventude envolvida nesse enredo, é preciso ordenar os eventos que desencadearam o golpe.

### **O cenário do golpe**

Mesmo com o crescimento pífio da economia no ano de 2012 (0,9 do PIB), pesquisa realizada pelo CNI/Ibope em março de 2013 indicava que o governo era aprovado por 63% da população, sendo que a aprovação pessoal da presidente girava em torno de 79% (CAMPANERUT, 2013).

Sua popularidade estava relacionada à continuidade das políticas de inclusão social adotadas pelo Partido dos Trabalhadores desde o governo de Luís Inácio Lula da Silva. A despeito do início da crise econômica, o baixo índice de desemprego (5,5%), a política de valorização do salário mínimo e as demais políticas de inclusão social mantinham estável a confiança gozada pelo governo junto à população.

No entanto, a partir de junho as pesquisas passaram a indicar queda acelerada de sua aprovação. Pesquisa Datafolha publicada em 29/06/2013 apontava queda de 27% no espaço de tempo de apenas três semanas (POPULARIDADE..., 2013). Ou seja, logo após as “jornadas de junho”.

Os índices de aprovação oscilariam daí em diante ao sabor das conjunturas. Por exemplo, no início da Copa do Mundo de 2014 a aprovação subiu de 34% para 38% (FERNANDES, 2014), chegando a 52% (HAUBERT, 2014) logo após a vitória sobre o adversário Aécio Neves nas eleições desse ano.

Esse índice, contudo, voltaria a despencar de forma acentuada nos meses seguintes, caindo para 13% em abril (APROVAÇÃO..., 2015) e para 9% em dezembro de 2015 (MATOSO, 2015). Esse patamar, cuja contrapartida era cerca de 70% de reprovação, se estabilizaria até o *impeachment*, em 31 de agosto de 2016.

A queda na popularidade de Dilma Rousseff está associada, de um lado, à crise econômica desse período e, de outro, à cobertura dada pela mídia à Operação Lava Jato e às manifestações de oposição, em grande medida relacionadas às denúncias de corrupção no governo. Segundo diversos analistas, a Operação Lava Jato agiu de forma seletiva. Em associação com a mídia, promoveu deliberadamente o desgaste político do governo e do PT. (JINKINGS, 2016; MATTOS, 2016; SOUZA, 2016).

Ao contrário do primeiro mandato, que registrou grande popularidade nos primeiros anos, no segundo predominou altíssima impopularidade, fato que alimentou as expectativas golpistas, realizadas com a abertura do processo de *impeachment* pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em dezembro de 2015. Em maio do ano seguinte o Senado também aprovaria a abertura do processo, afastando Dilma Rousseff até a votação que definiu o impedimento, em 31 de agosto de 2016.

Com a cassação de seu mandato, o novo governo intensificou o desmonte de políticas econômicas e sociais implantadas ao longo do governo petista, lançando em outubro o projeto “Uma ponte para o futuro”, cujos objetivos eram, segundo Leonardo Boff:

[...] reduzir o Estado, arrochar salários, liquidar com a política de valorização do salário, cortar gastos com os programas sociais, privatizar empresas estatais, especialmente o Pré-Sal, desvincular despesas obrigatórias da saúde e da educação, reduzir ao mínimo tudo o que tem a ver com a cultura, direitos humanos, mulheres e minorias. (BOFF, 2016).

No dia 30 de novembro de 2016, isto é, três meses após o *impeachment*, o presidente Michel Temer sancionou o projeto de lei 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB), que destituiu a Petrobrás da condição de operadora única dos campos do Pré-sal, favorecendo as grandes corporações petrolíferas internacionais.

Outras medidas, de iniciativa do governo ou do Congresso, como a Emenda Constitucional 95, que limita por vinte anos os gastos públicos (aprovada em dezembro de 2016); a nova lei da terceirização (13.429/2017) e a reforma trabalhista (13.467/2017), respectivamente de março e de julho de 2017; o projeto de lei referente à reforma da

previdência (PEC 287/2016) e a portaria presidencial de outubro desse ano, que redefiniu trabalho escravo, entre outras medidas e projetos conservadores, indicam a motivação econômica e social do golpe parlamentar: o aprofundamento da agenda neoliberal em benefício da classe dominante, com a conseqüente redução de direitos sociais. Além disso, outras propostas, que ferem diretamente as conquistas relacionadas aos direitos civis das denominadas “minorias”, já defendidas antes do golpe pela bancada conservadora do Congresso Nacional, ganharam força.

Na análise do sociólogo Jessé de Souza, o golpe foi planejado e executado pelo consórcio de quatro forças: o grupo dos “endinheirados” (a classe economicamente dominante), a “mídia venal” (os grandes veículos de comunicação de massa), o “complexo jurídico-policial do Estado” (Polícia, Ministério Público e Justiça Federal, que, segundo ele, agiram de forma seletiva nas investigações e “vazamentos” de informações sigilosas) e o “congresso reacionário” (representantes de vários partidos de direita, principalmente os integrantes das três bancadas suprapartidárias conhecidas como BBB, bancadas da bala, do boi e da Bíblia e, principalmente, o PSDB, partido derrotado na última eleição e seus aliados). (SOUZA, 2016).

Interesses econômicos internacionais, sobretudo os relacionados à questão do Pré-sal, também são aventados por outros autores. A esse respeito, o episódio de espionagem da Petrobrás e de Dilma Rousseff pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA) é um dos indícios, apontado por vários analistas, de interesses estadunidenses na tecnologia e petróleo brasileiros e também na questão do BRICs (PETROBRAS..., 2013). Por outro lado, coube a segmentos da classe média tradicionalmente hostil a governos de esquerda a base social de apoio. (JINKINGS, 2016; MATTOS, 2016, e SOUZA, 2016).

## **A juventude e o golpe**

Voltando ao tema central da discussão, é preciso considerar que a juventude, assim como a sociedade mais ampla, não representou apenas um papel no enredo que culminou no golpe. Os motivos que levaram parte da população a se manifestar ao longo desse período são muitos, assim como os atores sociais.

À massa de apoiadores do *impeachment*, composta a partir de março de 2015 principalmente por pessoas da classe média e cujo principal símbolo nas manifestações foi o uso de patos amarelos gigantes e de camisas da seleção brasileira, se opôs outro

grupo, composto por pessoas ligadas a vários movimentos sociais de esquerda que, mesmo tendo críticas à política econômica então adotada pelo governo, denunciavam a tentativa de *impeachment* como sendo golpe de Estado.

Antes, porém, que ficasse nítido o fosso que dividia a sociedade, é preciso lembrar como tudo começou; e tudo começou com as manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo.<sup>11</sup>

Protagonizados por jovens, os protestos dos dias 6, 7, 11 e 13 de junho tinham como pauta a democratização dos transportes públicos, sendo dirigidos contra governos locais. No caso de São Paulo, o governo municipal, petista, e o governo estadual, psdbista. Contrários ao aumento de vinte centavos nas passagens de ônibus, de metrô e de trens urbanos, geraram forte repressão policial apoiada pela mídia, que caracterizou o movimento como vandalismo. (ALVES, 2014; LOCATELLI, 2013).

Até então, e em oposição às opiniões da grande mídia, intelectuais de esquerda eram em geral favoráveis aos protestos, enxergando neles a retomada de movimentos sociais legítimos contra os “donos do poder” (SECCO, 2013). Giovanni Alves, por exemplo, caracterizou o movimento como:

[...] a revolta do precariado, camada social da classe do proletariado constituída por jovens altamente escolarizados desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vida precárias (a pesquisa DataFolha de 21 de junho de 2013, constatou que a maioria dos manifestantes – 63% – têm entre 21 e 35 anos; e 78% têm ensino superior). Deste modo, o conceito de precariado possui um nítido recorte geracional e uma candente inserção de classe. (ALVES, 2013).

60

No entanto, o quadro descrito se alterou rapidamente, e de forma definitiva, nos protestos que se seguiram aos do dia 17. Com o crescimento do movimento, que passou a incluir milhares de pessoas, principalmente de classe média, a questão dos transportes acabaria ficando em segundo plano, ganhando destaque a PEC 37<sup>12</sup>, os gastos públicos

---

<sup>11</sup> O Fórum de Lutas Contra o Aumento das Passagens (Fórum de Lutas) do Rio de Janeiro, a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte e o movimento Revolta do Busão (#RevoltadoBusão), em Natal, entre outros, também organizaram manifestações contra o aumento das tarifas em outras cidades do país.

<sup>12</sup> O projeto de emenda à Constituição pretendia incluir a apuração de investigações criminais como atividade privativa da [polícia judiciária](#), recebendo oposição de entidades de classe do Ministério Público. Muito embora a OAB (ordem dos Advogados do Brasil) e a Associação dos Delegados de Polícia Federal defendessem a PEC, o então procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e o então [Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa](#), foram contrários à sua aprovação. Os que eram contrários à aprovação, a denominavam “PEC da impunidade”.

na Copa das Confederações e na Copa do Mundo (JENNINGS, 2014) e, principalmente, o repúdio à corrupção.

Ocorria nesse momento o que Jessé de Souza denominou “federalização dos protestos” (SOUZA, 2016). Giovanni Alves registra essa passagem em artigo publicado no dia 24/06/2013:

Na verdade, num segundo momento da onda de protestos, deslumbrados pela projeção midiática, e interpelados pela mídia liberal-conservadora, frações da “classe média” brasileira se inseriram nas manifestações de massa. O partido dos *mass media* (rede de TVs e grandes jornais), verdadeiros intelectuais orgânicos da burguesia financeira hegemônica, se articularam e passaram a pautar o protesto de rua com o apoio entusiasmado da “classe média” conservadora. Utilizando seu poder ideológico, os *mass-media* esterilizaram o movimento social do precariado, obnubilando seu caráter de classe radical e seu apoio nas representações dos partidos políticos de esquerda. A revolta do precariado tornou-se mero movimento patriótico de ocupação das ruas com uma pauta reivindicatória difusa baseada no combate à corrupção possuindo, deste modo, nítido caráter de oposição de direita ao governo Dilma. (ALVES, 2013).

Isto é, além de ganharem dimensão nacional, eles passaram a ser dirigidos contra o governo federal. Segundo vários estudiosos, a mudança de postura da mídia, de hostil para amigável, revela seu objetivo de minar a confiança da população no governo petista e, assim, desenhar um horizonte favorável à sua destituição pelas urnas na eleição de 2014 ou, em caso de insucesso, por intermédio de um golpe, como acabou ocorrendo em 2016.

Ainda que os protestos da juventude no início de junho tenham servido como ensaio das manifestações posteriores, com intenso apelo golpista, não se pode imputar aos integrantes do MPL tais objetivos nesse momento.

O mesmo não é possível dizer do Movimento Brasil Livre (MBL) e de movimentos congêneres, como os “Revoltados Online” e o movimento “Vem Pra Rua”, que passaram a atuar com grande intensidade desde fins de 2014.

O MBL era composto por jovens que se autodefiniam apartidários. Desde 2016 sabe-se, contudo, de sua ligação com políticos dos quais recebiam apoio financeiro para suas campanhas a favor do impeachment (LOPES, 2016). O MBL se apresentou como uma das vozes da direita e da extrema-direita no país, utilizando-se das redes sociais para “convocar” a população para manifestações contrárias ao governo Dilma Rousseff, principalmente a partir de março de 2015.

Estes e outros jovens de direita a eles alinhados, além de reivindicarem a queda do governo, se notabilizariam nos anos seguintes pela defesa de pautas neoliberais e pelo ataque a direitos conquistados pelos movimentos sociais durante o governo petista. Defensores do projeto “Escola sem partido” (PL867/2015), cujo objetivo é limitar a liberdade de expressão de professores nas escolas, utilizam-se principalmente das redes sociais para divulgarem suas ideias, por meio das quais evidenciam uma ética duvidosa, considerada por muitos autores como fascista.

Enquanto o MPL (Movimento Passe Livre) reivindicava a democratização nos transportes públicos, o MBL (Movimento Brasil Livre) se organizou como uma frente claramente voltada para dar legitimidade, a partir das ruas, ao projeto de derrubada do governo, ferindo de morte a democracia.

As ruas, contudo, também foram tomadas por movimentos críticos em relação ao governo federal, mas que se opunham ao golpe que se anunciava. Grupos rivais disputavam espaços públicos, muitas vezes de forma hostil. Os termos “cozinha”, para se referir aos golpistas, e “petralhas” ou “mortadelas”, para se referir aos que defendiam a legitimidade do governo eleito, se tornaram uma marca da divisão ideológica pela qual a sociedade brasileira passou a exibir.

No interior desse conflito, que se estende de 2013 à atualidade, a juventude também se encontra dividida. Contrários aos grupos de direita referidos, jovens democratas e de esquerda resistem ao desmonte de conquistas sociais, lutando em defesa da escola pública de qualidade e dos direitos de “minorias”, sendo um bom exemplo de resistência as ocupações por jovens estudantes secundaristas, em outubro de 2016, de cerca de mil escolas no país contra a “reforma do ensino” e a PEC241 (BENITES, 2016).

Ou seja, nem os jovens do MPL nem, muito menos, os do MBL, são representativos da juventude como um todo. A juventude, da mesma forma que a sociedade mais ampla, é dividida por interesses de classe, os quais são distintos e muitas vezes antagônicos. (JINKINGS, 2016).

### **Considerações finais**

Parte da juventude brasileira dos anos 1960 se engajou na luta armada contra a ditadura ou adotou a “recusa” contracultural. Muito embora tenha exercido um papel importante na história política e cultural do período, ela não é, contudo, representativa de toda a juventude da época.

Mesmo assim, no período posterior foi construído um imaginário homogeneizante a seu respeito. O mesmo se deu no início da década de 1990 com os jovens que exerceram papel relevante no desenrolar do processo que desencadeou o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Em ambos os períodos, as representações da juventude que ficaram para a posteridade de certa forma camuflam as diferenças existentes em seu seio.

A fim de evitar simplismo idêntico, à guisa de conclusão pode-se afirmar que não houve um, mas vários papéis representados pela juventude nos eventos que desencadearam o golpe de 2016. Da mesma forma que grupos de jovens protagonizaram movimentos eminentemente golpistas, houve movimentos de resistência em várias frentes, revelando interesses e ideários distintos em seu meio.

Muito embora o termo “juventude” tenha ganhado *status* de categoria social, é preciso considerar que, assim como em outras categorias, nela estão presentes diversas contradições sociais: de classe, étnico-raciais, de orientação sexual, religiosa, etc.

Não obstante o cuidado aqui tomado em relação a esse aspecto, não se pode negar que, assim como nos eventos políticos e sociais dos anos 1960, 1970 e 1990, os papéis representados pela juventude desde 2013 foram fundamentais no processo que desencadeou o golpe de Estado de 2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Amanda (Org.). **Não é por centavos**: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Liga, 2014.

ALVES, Giovanni. A revolta do precariado no Brasil. [s.l.]: **blogdaboitempo**, 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>. Acesso em: 20/05/2018.

APROVAÇÃO de Dilma para de cair, mostra Datafolha. **Folha de São Paulo**, 11 abr. 2015. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1615423-aprovacao-de-dilma-para-de-cair-mostra-datafolha.shtml?loggedpaywa>. Acesso em: 13/05/2018.

BENITES, Afonso; ROSSI, Marina. Apresentado às pressas, plano de Temer para Ensino Médio acende debates entre especialistas. [s.l.]: **brasil.elpaís**, 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/22/politica/1474579671\\_242939.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/22/politica/1474579671_242939.html). Acesso em: 03/06/2018.

BOFF, Leonardo. Golpe de 1964 e de 2016: a mesma natureza de classe. [s.l.]: leonardoboff.com, 05 set. 2016. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2016/09/05/golpe-de-1964-e-golpe-de-2016-a-mesma-natureza-de-classe/>. Acesso em 13/05/2018.

CAMPANERUTI, Camila. Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope. [s.l.]: uol, 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm>. Acesso em: 13/05/2018.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. *Conservadorismo e contracultura*. In: POLLI, José Renato; VARES, Sidnei Ferreira de (orgs.). **Democracia em tempos de conservadorismo**. Jundiaí: Editora In House, 2016.

\_\_\_\_\_. **O discurso da contracultura no Brasil: o underground** através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970). São Paulo, 2007. Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História Antiga, Medieval ou Moderna! [s.l.]: tudosiméhistória. Disponível em: <https://tudosimehistoria.blogspot.com/2011/11/entrevista.html>. Acesso em 27/05/2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FERNANDES, Ketlyn. Aprovação de Dilma avança 4% durante a Copa do Mundo, aponta Datafolha. **Jornal Opção**, edição 2034, 03 jul. 2014. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/aprovacao-de-dilma-rousseff-avanca-4-durante-copa-mundo-aponta-datafolha-8884/>. Acesso em: 13/05/2018.

GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Rebeldes e contestadores: 1968: Brasil, França, Alemanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: Ensaio sobre sociologia e histórias das juventudes modernas**. RJ: Difel, 2000.

HAUBERT, Mariana. Aprovação do governo Dilma sobe para 52% após eleições. **Folha de São Paulo**, 17 dez. 2014. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1563584-aprovacao-do-governo-dilma-sobe-para-52-apos-eleicoes.shtml>. Acesso em: 13/05/2018.

HOBBSAWM, Eric. J. **A era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991**. 2. ed., 30. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JENNINGS, Andrew et al. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** São Paulo: Boitempo, 2014.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016 (Tinta vermelha).

KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida:** a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. Introdução. In: **História dos Jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, P.7-17. 1996.

LOCATELLI, Piero. **#Vem pra rua:** as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment. [s.l.]: **uol**, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>. Acesso em: 20/05/2018.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARQUES, Rafael da Silva. **A denúncia do processo de impeachment é uma fraude jurídica evidente, mas mascarada**. [s.l.]: **Justificando**, 2016. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/04/25/a-denuncia-do-processo-de-impeachment-e-uma-fraude-juridica-evidente-mas-mascarada/>. Acesso em: 27/05/2018.

MARTINS, Luciano. **A “geração AI-5” e Maio de 68:** duas manifestações intransitivas. Rio de Janeiro: Argumento, 2004.

MATOS, Olgária C.F. **Paris 1968:** as barricadas do desejo. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATOSO, Filipe. Governo Dilma tem aprovação de 9% e reprovação de 70%, diz Ibope. **Globo.com**, 15 dez. 2015. Política. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-diz-ibope.html>. Acesso em: 13/05/2018.

MATSUKI, Edgard. Cerca de 60% dos deputados que julgaram Dilma têm pendências na justiça. [s.l.]: **ebc**, 2016. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/04/cerca-60-dos-deputados-federais-que-julgaram-dilma-tem-pendencias-na>. Acesso em: 27/05/2018.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Orgs.). **Historiadores pela democracia:** o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

MIOLA, Jeferson. Decisões tardias ajudam a entender o papel do STF no golpe. [s.l.]: **cartamaior**, 2016. Disponível em:

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Decisoes-tardias-ajudam-a-entender-o-papel-do-STF-no-golpe/4/36280>. Acesso em: 27/05/2018.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia**: razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PÀMPOLS, Carlos Feixa. A construção histórica de Juventude. In: CACCIA-BAVA, A. (Orgs). **Jovens na América Latina**. SP: Escrituras Editora, 2004.

PETROBRAS também foi espionada pelos EUA. [s.l.]: **cartacapital**, 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/petrobras-tambem-foi-espionada-pelos-eua-9881/>. Acesso em: 13/05/2018.

POPULARIDADE de Dilma cai 27 pontos após protestos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2013. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml> Acesso em: 13/05/2018.

ROSÁRIO, Miguel do. Não adianta mentir: golpe é golpe. [s.l.]: **ocafezinho**, 2015. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2015/07/16/nao-adianta-mentir-golpe-e-golpe/>. Acesso em: 27/05/2018.

ROSZAK, Theodore. **A contracultura**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

SECCO, Lincoln. Anatomia do movimento Passe Livre. [s.l.]: **viomundo**, 2013. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/lincoln-secco-anatomia-do-passe-livre.html>. Acesso em: 20/05/2018.

SERRANO, Pedro Estevam. O impeachment e o papel do STF. [s.l.]: **cartacapital**, 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-impeachment-e-o-papel-do-stf/>. Acesso em: 27/05/2018.

STEPHENS, Julie. **Anti-disciplinary protest**: sixties radicalism and postmodernism. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SYRKIS, Alfredo. *Os paradoxos de 1968*. In: GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Rebeldes e contestadores**: 1968: Brasil, França, Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas Públicas de/ para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

## GOLPE DE ESTADO E REPRESSÃO POLÍTICA E SOCIAL: O CONTEXTO BRASILEIRO

Marcos Tarcísio Florindo<sup>13</sup>

### RESUMO

O presente artigo procura discutir o papel da repressão policial na elaboração das práticas de controle social e político ocorridos no Brasil durante a vigência do regime republicano, atentando-se mais particularmente aos períodos de autoritarismo e de ruptura institucional, nos quais a demanda por práticas de atuação policial baseados na violência e na intimidação tornam-se corriqueiras e mais usuais, atingindo diversos segmentos da sociedade. O artigo debruça sobre as perspectivas de imposição da força inauguradas pelo golpe jurídico parlamentar ocorrido em 2016, procurando delimitar suas diferenças e semelhanças com os momentos de ruptura anterior (como o golpe do Estado Novo em 1937 e o militar em 1964) e as possibilidades de utilização do aparato de repressão do Estado, isto no contexto do acirramento dos conflitos sociais devido a imposição de uma agenda política de austeridade e de contenção de gastos, a qual atinge com mais intensidade os setores populares da sociedade.

**Palavras-chave:** Golpe de Estado; Polícia; Repressão Policial; Autoritarismo.

A violência policial é uma marca definitiva e definidora da constituição de relações de mando e de subordinação entre o aparato de Estado e a sociedade no Brasil. A repressão, como prática imperativa da imposição da ordem social, atravessou o período republicano e foi utilizada, de forma mais ou menos incisiva (isto de acordo com as demandas do tempo e das ideologias) pelas diferentes coalizões políticas que, ao longo do período, se encastelaram no poder central. Neste tocante, pode-se dizer que a violência policial, desde sempre perene, foi mais latente durante as ditaduras do Estado Novo e militar, mas não aquiesceu nas redensões democráticas (ou quase) que seguiram os períodos de maiores usos e recursos à brutalidade. Para os ambientes de convivência popular, a força foi desde sempre a principal política, mais ou menos velada, do policiamento. A violência, seletiva conforme o alvo e sua origem social, foi o ponto de convergência das práticas políticas de sujeição dos ambientes sociais, isto desde os tempos da “questão social como caso de polícia” da primeira República, passando pela burocratização institucional do aparato de controle durante a Era Vargas a militarização das corporações estaduais durante o regime militar, a qual não foi seriamente questionada na sequencial redemocratização. Neste interim, entre o uso e o abuso, a violência policial

---

<sup>13</sup> Doutor em Sociologia pela Unesp – Araraquara e Professor do IFSP, Campus Bragança Paulista.

naturalizou-se como prática social de controle da ordem, conformando uma pedagogia do terror que transformou a polícia em polícia política e a política de segurança em repressão política e social.

A longa duração da violência policial arbitrária como mecanismo efetivo do controle social correspondeu as práticas assumidas pelas formas da dominação política, isto em uma estrutura social definitivamente marcada pela desigualdade econômica. A intensa exploração da força de trabalho local, um traço mais ou menos compartilhado com os demais países periféricos, requisitou maior apelo à força do que à persuasão nas práticas de controle cotidiano dos conflitos nos ambientes sociais. O temor instrumental ficou ao encargo das forças policiais e militares e, durante o período republicano, a instrumentalização da violência foi fator determinante também na construção da ordem política. O contrato social moderno, baseado na igualdade jurídica e na expansão paulatina da cidadania e de suas dimensões civil, política e social, aqui não encontrou meios para sua efetiva universalização. Pelo contrário, a demanda de manutenção de taxas de exploração econômicas, atinentes ao passado escravista, permitiam a vivência da cidadania para poucos grupos, privilegiados nas hierarquias sociais. Para os demais, restava o não direito e a polícia como medida de justiça.

Portanto, foi para vigiar as frestas sociais menos abarcadas pela ordem da cidadania que se formou e organizou a polícia. Ela desde sempre funcionou como uma gradação extra-legal do sistema de justiça, pronta a fazer valer, nas periferias, a força do poder do Estado na resolução dos conflitos sociais<sup>14</sup>. Agentes do poder do Estado na carência de políticas públicas, atuando sobre populações deserdadas da cidadania (aqueles considerados “propriedades da polícia”, isto na denominação certa de Robert Reiner<sup>15</sup>), a polícia fez-se valer também como medida de uma justiça para a qual pouco

---

<sup>14</sup> Sobre o assunto, ver LIMA, Robert Kant de. **Ensaio de antropologia e de direito**. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2011.

<sup>15</sup> Como afirma o autor: “Uma categoria se transforma em propriedade da polícia quando os poderes dominantes da sociedade (na economia, política e etc.) deixam os problemas de controle social nas mãos da polícia. Eles são grupos de baixo status, sem poder, vistos pela maioria dominante como problemática e desagradável. A maioria está preparada para deixar a polícia lidar com suas 'propriedades' e fazer vistas grossas para a maneira como isso é tratado. Como exemplo temos os vagabundos, os alcoólatras de áreas deterioradas, os desempregados ou com empregos que ninguém quer, minorias étnicas, gays, prostitutas e organizações políticas radicais. A principal função da polícia sempre foi a de controlar e segregar grupos assim, e ela está armada com uma bateria de leis permissivas ou discricionárias para tal finalidade [...] A preocupação com a 'propriedade da polícia' não é tanto de aplicar a lei, mas de manter a ordem usando a lei como um recurso entre outros (REINER, 2004, p.143)”.

importa os marcos legais e os limites da lei. A lei na cena das ruas é a lei da polícia, ou seja, a percepção dos agentes de crime, punição e perdão. Esta é um quesito fundamental para entender o largo espaço de discricionariedade inerente ao poder de polícia, tema universal das relações contemporâneas entre polícia e sociedade, demarcando os fundamentos sociais da atuação policial: imposição da ordem acima da lei. E quanto menos requisição da lei e dos seus direitos na resolução dos casos de polícia, mais impunidade no controle das arbitrariedades decorrentes da abordagem policial para a resolução dos conflitos sociais.

Na situação brasileira, de imensa desigualdade econômica, de cidadania rarefeita, coube a polícia instituir um sistema de justicamento baseada em noções violentas de acerto de conflitos e de punição dos desvios. A percepção de justiça, menos talhada a visão da toga e mais a própria convivência nos espaços de sociabilidade popular – afinal os policiais de linha, aqueles que atuam nas ruas, tem a mesma origem social daqueles que devem controlar – referendou o uso e o abuso de diversas práticas violentas, desde a surra corretiva até a tortura como método de investigação, desde a extorsão dos suspeitos até a execução sumária daqueles considerados irremediavelmente irrecuperáveis. Em meio a delegação de amplos poderes e a instrumentalização das arbitrariedades para a resolução dos casos, elaborou-se, por meio da experiência, uma cultura da atuação dos policiais, valorizadas nas dependências da polícia e passadas de geração em geração como verdadeiros métodos eficazes de trabalho. Esta é a malícia, famosa companheira do policial experiente, aquele que sabe fazer o policiamento<sup>16</sup>.

Embora os valores atinentes a “malícia” possam variar no tempo e no espaço, pode-se dizer que alguns atributos são mais ou menos constantes. Um principal é uma espécie de senso comum dos macetes sobre a atividade de policiamento, ou seja, a percepção que o policial percebe e sabe daqueles que são “culpados”, porque a experiência ensina mais que o manual, e policiais são ensinados para separar o joio do trigo, farejando nos trejeitos e nos “vacilos”, o medo e a dívida. No caso, imperam velhos estereótipos, como da raça, da cor, da reincidência dos já outrora apenados, entre outros. Para estes, a punição vem antes do crime, e cabe a eles provar a polícia do seu engano.

---

<sup>16</sup> Sobre o assunto, ver SOUZA, Luís Antônio F. **Poder de polícia, polícia civil e práticas policiais na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado em sociologia, FFLCH/ USP, 1998

Aliás, a demanda social de culpabilização dos suspeitos norteia em grande parte as atividades de investigação criminal.

A formação da culpa, antes da investigação, é uma tradição de longa data das práticas de policiamento arbitrária da polícia investigativa, mais ou menos generalizadas no Brasil. Sua origem está na tradição inquisitorial portuguesa e ainda hoje é praticada por equipes da polícia civil dos diversos estados brasileiros, como atesta a vasta pesquisa sociológica. O pressuposto de sua validação, como meio corrente de investigação entre os policiais, é sua suposta eficácia, pois acelera a elaboração do inquérito e o envio, conforme o caso, da peça processual à autoridade judiciária. Ao invés dos métodos complicados dos manuais, “boa investigação” se faz conhecendo e mantendo contato direto com “elementos da bandidagem”, dispostos a colaboração. Os caguetas, os informantes, aqueles que supostamente sabem dos crimes e dos criminosos, devido ao convívio cotidiano nestes ambientes, são as peças indispensáveis da “inteligência” policial. A partir do acontecimento de um crime e de sua repercussão social ou política, pode a polícia, de acordo com a demanda, acionar seus colaboradores locais. Estes apontam os supostos suspeitos, que passam de antemão a condição de culpado em potencial. No momento oportuno, este pode ser detido para averiguação. De acordo com a convicção policial, os interrogatórios podem carregar mais ou menos elementos de violência, de tortura, como método para viabilizar uma confissão, a qual encerra o caso e economiza meios e recursos<sup>17</sup>. Após a confissão e de acordo com a reverberação social do ocorrido, ou a percepção de punição e de castigo da autoridade policial, acontece o encaminhamento a justiça, ou não, pois alguns casos, jamais chegarão a alçada legal, devido à enorme possibilidade de “acertos” e de “punições” que orientam o trato da polícia com os indivíduos e grupos sob sua jurisdição.

Se o modelo inquisitorial permaneceu orientando certas práticas da polícia judiciária, aquela responsável pela investigação dos delitos e elaboração dos inquéritos policiais, a intimidação violenta foi e é um componente primordial do policiamento ostensivo, ou seja, aquele que uniformizado vigia as ruas e vielas das cidades. Conforme descreve a historiografia sobre o tema, sobretudo da experiência dos países centrais, como a Inglaterra, a Bélgica, a Holanda, entre outros, a polícia uniformizada nasceu com a

---

<sup>17</sup> Sobre o assunto, ver MINGUARDI, Guaracy. **Tiras, trutas e gansos: cotidiano e reforma na polícia civil**. São Paulo. S/E, 1988.

cidade moderna, do trabalho livre e das restritas liberdades do cidadão. Neste momento impera a contenção violenta como meio de controle, que aliás vai cedendo espaço a outras formas de apaziguamento dos conflitos, isto conforme a própria expansão da indústria e o aumento paulatino do valor agregado da produção de manufaturas vai recriando as possibilidades de expansão do mercado de consumo interno, bem como a diversificação do mercado de salários. A expansão econômica importou em novas possibilidades de organização das classes trabalhadoras, favorecendo-os nas barganhas entre os patrões e os empregados, ampliando, por consequência, as possibilidades de reivindicação dos direitos de cidadania, impondo, por outro lado, limites a atuação arbitrária da polícia. Um caso exemplar foi a proibição de que os policiais ingleses portassem armas de fogo na contenção as greves e manifestações populares, vitória arrancada pelos sindicatos operários ainda no século XIX<sup>18</sup>.

Se em certos casos dos países centrais a modernidade importou, por vezes, na restrição da violência policial, no Brasil, a modernização requisitou a ampliação da violência e seu tratamento como prática institucional, velada, mas fundamental a manutenção da ordem. Aqui a cidade moderna nasceu como apêndice da sociedade agroexportadora, voltada para o atendimento do mercado externo. A expansão do capitalismo, na periferia, contou com a sobrevivência de práticas atinentes ao escravismo, sobretudo na requisição de manutenção das formas de super-exploração do trabalho. Cabia a polícia, na cidade, fazer valer o papel que foi do jagunço e do capitão do mato na fazenda. A manutenção de taxas de exploração violentas do trabalho requisitou a violência policial como meio de construção da ordem. A cidadania, impossibilitada de universalização, tornou-se privilégio de uns em detrimento dos demais, marcando definitivamente seu caráter excludente e rarefeito. Mesmo com a expansão da industrialização, do mercado interno e do movimento operário, a legitimidade do direito esgarçou diante da manutenção da violência como meio de integração e forma de disciplinamento do trabalhador urbano. Expansão do Estado e “cidadania regulada” são as marcas da integração nacional proporcionada pelo desenvolvimento industrial, cuja adesão dos grupos e comunidades estava garantida pela intimidação policial, o primordial braço do Estado atuante nas periferias das grandes cidades. A delegação à polícia fardada da resolução dos conflitos e demandas, as quais requisitavam a atuação do aparato estatal,

---

<sup>18</sup> Sobre o assunto, ver: MONET, Jean Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001.

garantiu largo espaço discricionário ao agente do policiamento. Por outro lado, a prática de controle policial arbitrário dos espaços públicos requisitou a condescendência das autoridades legais em relação aos usos e aos abusos do poder de polícia. A reiteração da violência e do seu consentimento legitimou o arbítrio como regra velada da imposição da ordem.

Um emblemático exemplo destas práticas é uso abusivo dos policiais ao registro das mortes ocorridas durante as ocorrências como autos de resistência. O auto de resistência, instituto criado durante a ditadura militar para imiscuir de responsabilidades criminais os policiais envolvidos em mortes decorrentes das ações de repressão, tornou-se o lugar comum do registro de cerca de 40% dos óbitos atuais decorrentes das diligências policiais, isto em cidades como o Rio de Janeiro<sup>19</sup>. Pesquisadores como Misses já demonstraram que muitos autos de resistência acobertam execuções, e via de regra seguem uma mesma forma de elaboração, evidenciando sua utilidade:

Os termos de declaração diziam que os policiais estavam em patrulhamento de rotina ou em operação, em localidades dominadas por grupos armados, foram alvejados por tiros e, então, revidaram a ‘a injusta agressão’. Após cessarem os disparos, teriam encontrado um ou mais ‘elementos’ baleados ao chão, geralmente com armas e drogas por perto, e lhe prestando imediato socorro, conduzindo-os ao hospital. Em quase todos os ‘autos de resistência’ é relatado que as vítimas morreram no caminho para o hospital, e os boletins de atendimento médico posteriormente atestam que a vítima deu entrada já morta. (MISSES *apud* POST, 2015).

A maioria dos autos de resistência são acatados em juízo. A pesquisa de Misses demonstrou que 99,2% dos autos de resistência, durante o período estudado, foram arquivados pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, demonstrando a conivência do aparato judicial com o estado da arte das práticas de policiamento. As vítimas, os mesmos suspeitos desde sempre: pobres e negros<sup>20</sup>.

Foi sobre os pobres, os negros, os índios, entre outros deserdados, que estas práticas se firmaram como uma permanência. No entanto, dependendo das demandas do poder, tais práticas violentas podem atingir outros segmentos sociais, estes mais distantes

---

<sup>19</sup>Sobre o assunto, ver MISSES, Michel (coord.) **Auto de resistências: uma análise dos homicídios cometidos por policiais no Rio de Janeiro (2001 -2011)**. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ, 2011.

<sup>20</sup> MISSES, *opus cit.*

das portas das delegacias para resolver suas querelas, pois mais acobertados pelo manto de direitos (e de acessos) da cidadania. Foi o que ocorreu durante a ditadura Vargas e a militar no Brasil. Estes regimes autoritários, impetrados a partir de golpes de Estado, usaram e abusaram das estratégias de repressão política e social, com graves e permanentes prejuízos a sociedade. A tipificação do crime político e de agitação social, a política de aniquilação dos opositores, fez com que certos setores privilegiados nas hierarquias sociais, como os intelectuais, os estudantes, certos profissionais liberais, militares, entre outros, sentissem na pele e de forma intensa as velhas formas de coerção desde sempre utilizadas para os pobres. As duas ditaduras ocorridas no período republicano tornaram-se notórias pela generalização da intimidação policial, pela tortura, pela execução sumária dos envolvidos nos delitos, pelo achaque, pela extorsão e pela conivência do judiciário com o Estado de exceção. Ademais, são períodos sombrios, como são todos os períodos de crise institucional e de quebra dos ritos democráticos do Estado. No entanto é importante salientar que para a maioria, a exceção desde sempre foi a regra.

Não quero com isto relativizar os danos sociais provocados pelas ditaduras. A generalização da violência cria marcas profundas nas instituições do Estado e espalha feridas difíceis de cicatrizar pelo tecido social. No mais, a violência promove os seus defensores, que passam a ocupar postos importantes nas cadeias de comando do aparato policial e de justiça. O acesso a verbas secretas<sup>21</sup> e a certeza da impunidade promove, além da arbitrariedade, também a improbidade e a corrupção, esta decorrente da inflação no mercado de acertos e de negociações entre os algozes e suas vítimas. As ditaduras, decorrentes dos golpes de Estado que as instalam, aniquilam não somente seus opositores, mas a própria confiança no pacto social anunciado no contrato constitucional e no regime da lei.

Em 2016 tivemos novamente uma ruptura no pacto democrático. Ocorreu o *impeachment* da Presidenta eleita Dilma Roussef por crime de responsabilidade, após um processo conturbado tanto do ponto de vista político quanto jurídico. Para muitos, a cassação do mandato da Presidenta configurou um verdadeiro golpe de Estado de novo tipo, o qual vem tornando-se usual para a derrubada de governos reformistas na América

---

<sup>21</sup> O termo “verbas secretas” apareceu durante a Era Vargas para denominar o crescente aporte de recursos a polícia política (DEOPS) justificados pelo recrudescimento da repressão e o consequente aumento de diligências policiais. Sobre o assunto, ver FLORINDO, 2006.

Latina (vide o caso do Presidente Manuel Zelaya, deposto em Honduras no ano de 2009 e do paraguaio de Fernando Lugo, deposto em 2012). Diferentes dos “*pronunciamentos*” e das quarteladas características dos golpes militares do século XX na região, os novos golpes combinam o crescente isolamento político e parlamentar do chefe do executivo, concomitante a crescente demonização de sua imagem nas grandes mídias de massa, acompanhado da manipulação dos mecanismos jurídicos afim de viabilizar seu impedimento, isto por motivos persecutórios, característicos das práticas de *lawfare*, conceito que aponta os modos de instrumentalização da justiça para fins políticos<sup>22</sup>. Um golpe parlamentar e jurídico que possibilitou a assunção forçada de uma agenda política elitista e excludente, a qual dificilmente seria ratificada em eleições livres.

Os golpes de novo tipo perseguem velhos objetivos. Derreter oposições e impor a restrição aos direitos políticos e sociais. Golpes são oportunidades para imposição compulsória de políticas impopulares. O recrudescimento do conflito de interesses na sociedade desembocou, outrora, no aumento do espaço para a generalização da força como prática de controle social. Governos autocráticos, cedo ou tarde, recorreram a repressão ampliada e delegaram amplos poderes aos agentes responsáveis pelo seu desempenho. A interdição da ascensão dos mais pobres e o aniquilamento das oposições são objetivos comuns aos autoritarismos de ontem e de hoje. No entanto, no contexto atual cabe a pergunta: tais práticas seriam fáticas para os objetivos do golpismo contemporâneo? O caráter mais dissimulado da atual ruptura política, a qual requisita de forma peremptória o apoio dos tribunais e da opinião pública para a sua confirmação, autorizaria aos poderes da República os recursos ao arbítrio violento da polícia para atingir seus objetivos?

Nunca é demais lembrar que o governo de Michel Temer emergiu com uma agenda política de “austeridade” e de “modernização”, traduzidas no fechamento de secretarias (as quais nos governos anteriores haviam atingido o *status* de Ministérios) como as dos Direitos Humanos, do direito das mulheres e da promoção da igualdade racial, isto sob o pretexto da “contenção de gastos”. A pequena verba destas secretarias (12,9 milhões de reais anuais)<sup>23</sup> de baixo impacto na execução orçamentária da União,

---

<sup>22</sup> Sobre o assunto, ver KITTRIE, Orde. *Lawfare: law as a weapon of war*. Oxford University press, 2016.

<sup>23</sup> Fonte: “Temer fica com a verba do extinto Ministério dos Direitos Humanos”. *Jornal Valor Econômico*, impresso, São Paulo: 23/06/2016.

foram incorporadas à Presidência da República. As atribuições e o pessoal das secretarias abolidas foram integrados ao Ministério da Justiça, que passou a ser também da “cidadania”. A nomeação de Alexandre Moraes, até então Secretário da Justiça de São Paulo, para a pasta da Justiça Federal, promoveu mais uma enxurrada de críticas ao governo, isto devido as denúncias de que o novo ministro “maqueava” os números de mortos pela polícia militar de São Paulo durante sua gestão<sup>24</sup> e por sua aversão ao diálogo com os movimentos sociais<sup>25</sup>. Alexandre Moraes hoje é Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Estas medidas de primeira hora já demonstravam que a “austeridade” proposta combinava com a proposição de políticas com o claro fito de restrição dos direitos da cidadania. Mais grave que o fechamento de secretarias foi a apresentação e a aprovação de leis como a PEC 241, que propugnou a restrição e o congelamento por vinte anos dos gastos orçamentários com as políticas sociais, como educação, assistência social e saúde. A PEC dos gastos, como ficou conhecida a medida, somente não restringiu os gastos orçamentários referentes ao pagamento dos títulos da dívida pública, demonstrando claramente o seu objetivo, que foi garantir, ao longo do prazo proposto, o compromisso do governo com os seus credores. Outra mudança legal feita sob medida para poucos, isto em detrimento de muitos, foi a reforma trabalhista, a qual atingiu direitos históricos dos trabalhadores em nome da “flexibilização” e da “modernização” das relações de trabalho impostas pela “globalização”. A reforma trabalhista, criticada pelos sindicatos e demais entidades de defesa do trabalhador, ampliou as possibilidades de exploração da mão de obra, além de impor a terceirização irrestrita no ambiente de trabalho, ampliando as possibilidades da precarização dos contratos *pari passu* o aumento dos lucros patronais. Tais medidas, impopulares e restritivas de direitos, tendem a ampliar a fervura da questão social, pois acarretam a ampliação do fosso das desigualdades econômicas, possibilitando o aumento da violência institucional para o controle da ordem social.

Embora o país siga como um campeão de assassinatos de militantes e ativistas de movimentos sociais e a repressão política às dissidências esteja na agenda do Estado, a despeito de que o principal candidato da esquerda democrática esteja preso, pois

---

<sup>24</sup> Fonte: “Gestão Alckmin omite dados de mortos por policiais em SP”. Folha de São Paulo: impresso, São Paulo: 23/10/2015.

<sup>25</sup> Fonte: “Um governo sem mulheres, sem direitos e sem igualdade racial”. Ponte/ Carta Capital. Site [www.ponte.cartacapital.com.br](http://www.ponte.cartacapital.com.br). 14/05/2016.

condenado por corrupção em um processo jurídico considerado, por muitos analistas isentos, como contaminado pela questão política; ainda não são os movimentos políticos de esquerda e radicais as vítimas principais das práticas de mão pesada do poder. Estes no momento gozam de liberdade de organização, porquanto não são mais os “comunistas” as principais ameaças a ordem burguesa. O alvo da repressão e de seu discurso legitimador deslocou-se da subversão para o crime organizado, conforme sua explosão nas periferias, com o tráfico de drogas e o surgimento de grupos que disputam os territórios deserdados pelo Estado. A repressão, nestes tempos de precarização, recai sobre os pobres, os negros, os favelados, os excluídos de sempre. São estes os principais mortos e desaparecidos políticos.

Evento emblemático neste sentido foi a decretação de intervenção federal no Rio de Janeiro, acontecida de forma surpreendente durante o carnaval de 2018 e que objetivou, segundo o governo, impor o reforço da segurança pública e do controle da criminalidade. O Rio de Janeiro vem passando por uma grave crise econômica e política, na qual combinou-se a falência financeira do Estado com denúncias e condenações por corrupção nas capas altas dos últimos governos estaduais. Policiais sem provimentos, ampliação das ações do crime organizado, imbricação deste com policiais e formação de milícias que disputam com o tráfico o controle territorial das favelas e periferias, criaram um ambiente explosivo e propício ao oportunismo político. A intervenção federal colocou o exército no patrulhamento das ruas e transformou os generais, que assumiram a direção da segurança pública, em protagonista da política de segurança. Solução alardeada como definitiva por uns, a intervenção federal sofreu críticas contundentes desde sua imposição, isto devido a inúmeros motivos, desde a falta de planejamento até o questionamento do preparo das forças militares para o exercício da atividade policial. Nunca é demais lembrar que o comandante do exército, General Eduardo Villas Boas, solicitou “garantias” para que os militares atuassem na segurança pública, afim de que a corporação não passasse por uma “nova comissão da verdade”<sup>26</sup>, não obstante o fato que desde a lei n. 13.491/2017 já havia a garantia de que militares pudessem ser julgados pela justiça

---

<sup>26</sup> A “Comissão Nacional da Verdade”, instituída pelo decreto 12.528/2011, investigou os crimes cometidos pelas forças armadas durante os anos de 1946 até 1988. Notadamente sua atuação foi importante para revelar as arbitrariedades ocorridas durante a ditadura militar, ocorrida entre 1964 e 1985. Sobre a fala do General Vilas Boas, ver: RODAS, Sérgio. “Exército pede carta branca na intervenção, mas lei já resguarda militar”. In Revista Consultor Jurídico, 21 de fevereiro de 2018. Site: [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br).

militar, quando da morte de civis em diligências envolvendo questões de segurança pública.

E foi exatamente o aumento dos tiroteios e as chacinas os assuntos de destaque no balanço organizados por institutos de pesquisa para avaliar os primeiros seis meses da intervenção federal no Rio de Janeiro. O relatório “Vozes sobre a Intervenção”, produzido pelo Centro de Estudos da Segurança e Cidadania, da Universidade Candido Mendes, confirma que de fevereiro de 2018 até agosto de 2018 houve um aumento de 48% das mortes em ocorrências com o envolvimento de policiais, isto na Baixada Fluminense<sup>27</sup>. O número de autos de resistência tendeu a crescer, assim como a ocorrência de chacinas, cujo o aumento foi de 80%. Os números são alarmantes: em seis meses o Rio de Janeiro contabilizou 2617 homicídios dolosos, 742 mortes, 31 chacinas e 4850 tiroteios. Morreram 756 moradores e 51 agentes de segurança<sup>28</sup>. Os números impressionantes ratificam a ideia de que na intervenção federal o que falta é a inteligência e o que sobra é a violência. Mas este não é o espírito que tomou de assalto o tempo presente?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea**. Tese de livre docência, Sociologia, FFLCH/USP, 1996.

BALANDIER, George. **O poder em cena**. Brasília: UNB, 1982.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix, 1990.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. S.Paulo: Ed. Vozes, 1999.

---

<sup>27</sup> UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, Centro de Estudos da Segurança e Cidadania. **Vozes sobre a Intervenção**. Rio de Janeiro: observatório da intervenção, agosto de 2018.

<sup>28</sup> Estes números, compilados do relatório **Vozes sobre a intervenção** citado acima, foram publicados na revista Carta Capital no seguinte artigo: CONSTANTI, Giovanna. “Intervenção no Rio de Janeiro coleciona fracassos”. In **Carta Capital**, edição digital, 16 de agosto de 2018. Link: [www.cartacapital.com.br/sociedade/-intervencao-no-rio-de-janeiro-coleciona-fracassos-aponta-relatorio](http://www.cartacapital.com.br/sociedade/-intervencao-no-rio-de-janeiro-coleciona-fracassos-aponta-relatorio)

LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, jun. 1994.

MINGUARDI, Guaracy. **Tiras, trutas e gansos: cotidiano e reforma na polícia civil**. São Paulo: S/Ed. 1988.

MONDIN, A. **Manual de inquérito policial**. São Paulo: Acadepol, 1967.

MONET, Jean Claude. **Policias e sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. São Paulo: Edusp, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: Edusp, 2003

SOUZA, Antônio Francisco de. **Poder de polícia, polícia civil e práticas policiais na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado em sociologia, FFLCH/ USP, 1998.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES, Centro de Estudos da Segurança e Cidadania. **Vozes sobre a Intervenção**. Rio de Janeiro: observatório da intervenção, agosto de 2018.

## UNIVERSIDADE, AUTONOMIA E INTELLECTUALIDADE: NEXOS HISTÓRICOS ENTRE O SURGIMENTO DA INSTITUIÇÃO E SEU(S) PAPEL(IS) NA ATUALIDADE<sup>29</sup>

Tatyana Murer Cavalcante<sup>30</sup>

### RESUMO

Esta aula tem como objeto o impacto causado pelo curso *O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil* (UnB/2018) no debate sobre autonomia, considerando, do ponto de vista metodológico, contribuições históricas do nascimento desta instituição, a corporação de mestres, no Ocidente Medieval (século XIII). Ao nascer, a universidade era tensionada entre expectativas mundanas e eclesiásticas e, em seu seio, as *quaestiones disputatae* figuravam como ação política e elemento teórico metodológico essencial, seja na elaboração do conhecimento, seja no ensino (LE GOFF, 1989; 1992; VERGER, 2001). A estrutura da disputa obrigava os intelectuais (laicos e religiosos) a se posicionarem quanto aos temas em questão, justificando metodologicamente suas escolhas (CHENU apud KENNY; PINBORG, 1997; TORRELL, 1999; VERGER, 2001). A disputa extrapolava a produção intelectual, incidia também sobre a autonomia e se estendia pela ação, como as greves, comuns naquele tempo. Desse modo, os docentes universitários daquele século podem ser caracterizados como agentes debatedores de conhecimento e disputadores de significados sociais. Guardadas as (enormes) diferenças históricas entre o século XIII e o nosso tempo, nossa intelectualidade também carrega possibilidades de manutenção da autonomia, por meio de resistência e enfrentamento aos poderes instituídos.

**Palavras-chave:** Golpe de 2016; Resistência Universitária; Produção Intelectual.

### Introdução

Esta aula não tem como objeto a discussão sobre o golpe de 2016, mas o impacto do curso *O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*, promovido pela Universidade de Brasília (UnB), tanto nos agentes do poder golpista quanto nos intelectuais da universidade brasileira, em torno do debate sobre autonomia, considerando, do ponto de vista metodológico, contribuições históricas do nascimento desta instituição, a corporação de mestres, no Ocidente Medieval (século XIII).

---

<sup>29</sup> Aula elaborada para o ciclo de debates: *O golpe de 2016 e o futuro da democracia: comparações, perspectivas e apontamentos*, promovido pela SSC/DHU/IFSP-SPO entre março e junho de 2018.

<sup>30</sup> Medievalista, graduada em Pedagogia e Mestre em Educação pela UNICAMP e Doutora em Educação pela UEM. Professora de Educação/Pedagogia (SCL/DHU) IFSP-SPO.

Uma busca rápida no site de busca da *google* nos permite uma aproximação, ainda que superficial, ao impacto gerado pela disciplina da Universidade de Brasília (UnB)<sup>31</sup>: não após o lançamento da disciplina, mas imediatamente após a tentativa do Ministério da Educação (MEC) em barrá-la, lançando contra ela, para abertura de processo por improbidade administrativa, seus braços – a Advocacia Geral da União (AGU), o Ministério Público Federal (MPF), Tribunal de contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU) – uma reação em cadeia em defesa da autonomia universitária e da liberdade de cátedra multiplica as vozes colocadas pela UnB em diferentes cursos, sejam disciplinas, seminários, palestras, cursos livres ou de extensão em 31 universidades brasileiras: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPB), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Universidade do Mato Grosso (UNIMAT), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal do Ceará (UFC), bem como a Universidade de *Bradford*, na Grã-Bretanha.

---

<sup>31</sup> Realizada próximo à aula, em 11/06/2018, sob o título “golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil' 'UNB'”, 13 páginas de resultado: [https://www.google.com.br/search?q=%22golpe+de+2016+e+o+futuro+da+democracia+no+Brasil%22+UNB&tbs=qdr:y&tbn=news&ei=ht4eW\\_KbEYO3wQSp\\_4O4BQ&start=110&sa=N&biw=1920&bih=925&dpr=1](https://www.google.com.br/search?q=%22golpe+de+2016+e+o+futuro+da+democracia+no+Brasil%22+UNB&tbs=qdr:y&tbn=news&ei=ht4eW_KbEYO3wQSp_4O4BQ&start=110&sa=N&biw=1920&bih=925&dpr=1). Lembremos que este resultado não inclui outras instituições, tais como os próprios Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A censura buscada pelo MEC causou estranheza à comunidade universitária, visto que a autonomia desta instituição é prevista na Constituição de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1998, Art. 207). Por outro lado, as vozes contrárias ao estabelecimento da disciplina compuseram-se, segundo a mesma busca no *google*, na compreensão de que seu conteúdo não seria científico, mas “político”, ou mesmo, propaganda partidária.

A disciplina optativa de *Tópicos Especiais em Ciência Política*, oferecida pelo Professor Titular Luis Felipe Miguel<sup>32</sup>, do Instituto de Ciência Política da UnB, para o curso de graduação em Ciência Política, é composta de cinco pontos<sup>33</sup>: 1. Do golpe de 1964 à Nova República; 2. O PT e o pacto lulista; 3. Democratização e desdemocratização; 4. Das Jornadas de Junho à destituição de Dilma; e 5. O governo ilegítimo e a resistência. A disciplina conta com três objetivos complementares: a compreensão da fragilidade do sistema político brasileiro que permite a ruptura democrática em 2016; a análise da agenda de retrocessos promovida pelo governo Michel Temer e, por fim, o exame dos desdobramentos da crise e as possibilidades de reforço da resistência popular e do reestabelecimento do Estado de direito e da democracia política no Brasil. Ao contrastarmos a disciplina em questão à carreira deste professor, percebemos estreita vinculação entre suas atividades de pesquisa, ensino e extensão em Ciência Política e os conteúdos propostos na disciplina, de modo a garantir que sua proposta didática fundamenta-se na atividade científica, tendo em vista o reconhecimento das Humanidades – e dentre elas a Política – como Ciência, ainda no século XIX (FOUCAULT, 2000).

Considerando que a produção científica se refere aos interesses sociais, visto que a Educação Superior é parte da educação e, por isso, também visa “**ao pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205. Grifos nossos) e sendo a Ciência Política

---

<sup>32</sup> Informações extraídas de seu currículo *lattes*, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0988858984939965>. Acesso em: 11 jun. 2018.

<sup>33</sup> Segundo o programa de curso provisório da disciplina disponível em: [https://m.box.com/shared\\_item/https%3A%2F%2Fapp.box.com%2Fs%2Fbm0d52sjav3e975hmz0sifjktrs%2Ftoo/view/279130726178](https://m.box.com/shared_item/https%3A%2F%2Fapp.box.com%2Fs%2Fbm0d52sjav3e975hmz0sifjktrs%2Ftoo/view/279130726178). Acesso em: 11 jun. 2018.

ciência essencial à compreensão da cidadania num Estado democrático, partimos da premissa de que faz parte de das atribuições de professores de Ciência Política discussões e análise da política. Assim, compreendemos, de partida, que o discurso dos opositores do curso busca desqualificar a Ciência Política enquanto científica, reduzindo-a ao discurso eleitoral ou mesmo falacioso.

Querelas como esta, de desqualificação da produção do conhecimento universitário, podem ser verificadas já no nascimento da corporação. Não pretendemos aqui construir um histórico do nascimento e desenvolvimento da universidade<sup>34</sup>, desde o século XIII. Sabemos que nos oito séculos que nos separam do nascimento da corporação, seu funcionamento, bem como suas relações com os poderes instituídos se alteraram e diferem drasticamente. Queremos apenas apontar que verificamos certas tensões em outros períodos históricos e que este conhecimento pode nos ajudar a refletir sobre o papel da instituição – sobretudo quanto as possibilidades da intelectualidade – na atualidade.

### **Autonomia e intelectualidade na universidade do século XIII**

As primeiras universidades, surgidas do século XII para o século XIII, foram espontâneas, corporações organizadas por mestres e/ou discípulos e posteriormente reconhecidas pelo papado: Bolonha<sup>35</sup>, Oxford e Paris. Estas corporações nasceram contrapondo-se às tradicionais escolas eclesiásticas (monásticas ou seculares), buscando construir sua educação a partir de suas necessidades e interesses, inevitavelmente mundanos, necessariamente cidadãos. Para serem reconhecidas, aceitaram entrar em acordo com a Igreja, em Roma, afastando-se dos poderes locais. Assim, em seu nascimento, a universidade era tensionada entre expectativas mundanas e eclesiásticas, aceitando, entre seu corpo docente, as recém-criadas Ordens Mendicantes (Pregadores e Irmãos Menores), com as quais compartilhavam anseios essencialmente cidadãos (LE GOFF, 1989; 1992; CAVALCANTE, 2006). Sobre papel desempenhado pelas universidades, afirma o medievalista Jacques Le Goff:

---

<sup>34</sup> Não compactuamos com a compreensão de “universidade” como “centro de estudos superiores”, como “instituição dedicada à universalidade do conhecimento”, visto que o termo latino *universitas* designava corporação. É a corporação que nasce no Ocidente medieval, acompanhando a tendência de organização do trabalho cidadão. O “Centro de Estudos Superiores”, dedicado à universalidade do conhecimento, nasce no mundo islâmico, no século X.

<sup>35</sup> Na cidade de Bolonha a corporação de estudantes deu origem à instituição e associou-se a corporação de mestres, com predomínio da primeira sobre a segunda, até o século XVIII.

Ela [a Universidade] parece assim condenada a mediar entre as classes e os grupos sociais. Parece destinada, em relação a todos, a uma série de traições. Para a Igreja, para o Estado, para a Cidade, ela pode ser um cavalo de Tróia. Ela é inclassificável (LE GOFF, 1989, p. 64).

No seio dessas instituições, as disputas perfaziam-se na produção do conhecimento, tanto em sua forma e conteúdo quanto no trato cotidiano. A ação política da produção do conhecimento e do próprio ensino encontrava-se não apenas em seus referenciais teóricos, mas na metodologia desenvolvida, que permitia contrastar as fontes e propor aprofundamento dos temas. Além da produção “estrita” do conhecimento, a ação política desenhava-se externamente por meio da união da comunidade em ações em defesa de seus interesses e internamente em conflitos entre os grupos, notadamente, mas não necessariamente, entre laicos e religiosos<sup>36</sup>. Tomaremos como centro neste texto a Universidade de Paris, dado que ela foi, no século XIII, o referencial dos estudos filosóficos do Ocidente medieval.

Quanto à metodologia da produção do conhecimento as universidades do século XIII contaram com o desenvolvimento da *quaestio disputata*, forma de ensino e de escrita acadêmica que permitia a contraposição de opiniões divergentes, a partir da qual o docente deveria posicionar-se, argumentando em favor de uma linha e refutando os argumentos a ela contrários. Alguns docentes, em algumas questões disputadas, propunham uma nova orientação à questão, distinta das duas posições iniciais (KENNY; PINBORG, 1997)<sup>37</sup>. Desde o final do século XI, as escolas urbanas desenvolveram paulatinamente essa nova metodologia, inicialmente consistindo apenas de pequenos esclarecimentos ao final dos textos-base que, ao longo do século XII, foram se agigantando nos textos e que, no século XIII, por muitas vezes eram o próprio texto. Quanto mais novas perspectivas surgiam no ambiente citadino, novos eram os questionamentos acadêmicos, alimentados com a entrada cada vez maior de traduções em latim de escritos greco-árabes. Além da leitura dos textos fundamentais, forma já tradicional de ensino, as disputas eram muito características do ensino medieval, fossem

---

<sup>36</sup> Em nossa dissertação de mestrado (CAVALCANTE, 2006), apresentamos esse debate, por meio de autores de referência.

<sup>37</sup> O texto em questão (KENNY; PINBORG, 1997) apresenta de maneira aprofundada a metodologia da disputa medieval, bem como suas fontes, origens e seus desdobramentos.

entre um mestre e seus discípulos, fossem em eventos universitários mais amplos, incluindo diversos mestres, licenciados, bacharéis e estudantes. Assim, no século XIII, essa metodologia não dizia respeito apenas a escrita do conhecimento, mas ao próprio ensino, nomeada por Chenu (apud KENNY; PIMBORG, 1997, p. 28) como “pesquisa coletiva da verdade” (*recherche collective de la vérité*).

No século XIII, a disputa, como metodologia de pesquisa e de ensino, promovia a reestruturação do conhecimento e obrigava professores e estudantes e posicionarem-se diante das questões, justificando metodologicamente suas escolhas. Cada novo texto traduzido era uma possibilidade de repensar uma questão. Alguns autores – conhecidos como “aristotélicos” – causavam maior impacto à tradição eclesiástica, sendo o grego antigo Aristóteles e o islâmico Averróis os mais desconcertantes. Diferentes especialistas no tema asseguram que, em Paris, esse impacto reverberou em repetidas proibições ao ensino público de diversas obras, principalmente as aristotélicas, nas Faculdades de Artes (Filosofia) e de Teologia.

Segundo Ullmann (2000) toda filosofia natural de Aristóteles estava proibida na Faculdade de Artes em 1210 e, em 1215, também foram proibidos os livros de metafísica aristotélica, proibições reiteradas em 1231 e 1245. Em 1250 ainda era proibido comentar certos livros em Paris. Entre 1252 e 1255 o papado abrandou a proibição e, primeiro a Faculdade de Artes, depois a de Teologia, tiveram permissão para ensinar todos os livros, desde que devidamente “corrigidos” e seus erros expurgados. O autor reitera desse modo que, na realidade, as proibições nunca foram completamente retiradas e foram mais uma vez, reiteradas em 1263. Ainda assim, Ullmann (2000) realça que as proibições eram “letra morta” e jamais impediram o estudo da obra aristotélica, dado que o exame sobre a produção intelectual daquela universidade mostra que ela continuou tendo Aristóteles e os chamados “aristotélicos” como interlocutores. A condenação final avassaladora sobre o aristotelismo foi dada pelo poder local em 1277, pelas mãos de Etienne Tempier, bispo de Paris e coincidiu tanto com o declínio do método quanto do poder do papado, além da perda do brilhantismo filosófico da Universidade de Paris (GILES apud CAVALCANTE, 2006, p. 27).

Acompanhemos brevemente o interior dessa querela. Dissemos anteriormente que os conflitos não se restringiam ao exterior, mas eram verificados no interior da instituição. Um dos pontos inicialmente fulcrais de discórdia entre professores de Artes e Teologia

da Universidade era a defesa aristotélica da eternidade do mundo que se opunha, logicamente, ao criacionismo cristão (ULLMANN, 2000). Se é certo que diversos professores da Faculdade de Teologia eram contrários ao ensino de tal “erro”, alguns consideravam esse ensino essencial ao desenvolvimento dos argumentos que expurgassem o erro em si, conciliando fé e razão, e tiveram como seu principal expoente Tomás de Aquino. Na Faculdade de Artes havia até aqueles que consideravam importante este ensino para expurgar o criacionismo cristão.

O Papado, por sua vez, ao impetrar suas proibições, buscava solucionar a questão de modo a acalmar os ânimos dos diferentes grupos implicados nesse conflito, fosse ânimos externos a universidade, fossem internos.

Caminhemos por outra querela: a manutenção financeira dos professores. Adiantamos anteriormente que as corporações de mestres nasceram se opondo à tradição escolar eclesiástica, mas que, entretanto, em seu processo de reconhecimento aceitaram a presença religiosa do Papado, representado pelas recém-criadas Ordens Mendicantes, que comungavam preocupações cidadinas com professores laicos. Estes últimos, em consonância com as demais profissões cidadinas, compreendiam que deveriam afastar-se dos favores de senhores, de bispos ou reis e viver do seu trabalho, enquanto os primeiros – já explicitado em sua própria denominação – eram mendicantes e, como adeptos da pobreza voluntária, deveriam viver de esmolas. Se por um lado havia o peso de uma tradição na qual o conhecimento pertencia a Deus e portanto não poderia ser vendido<sup>38</sup>, por outro lado havia, por parte de alguns frades Pregadores, a compreensão de que não era o conhecimento e sim o trabalho de ensinar que seria vendido e, muito embora os mendicantes devessem viver de esmolas, os professores laicos poderiam tranquilamente ser recompensados pelo seu trabalho (LE GOFF, 1989; 1992; 2004). A justificativa mais consistente dava-se pela utilidade social do trabalho (LE GOFF, 1992). Não sem conflitos, portanto, coexistiam ensino pago e gratuito.

Os docentes universitários do Ocidente medieval, tal como podemos compreender a partir das exposições anteriores, não podem ser caracterizados como transmissores de conhecimento acumulado, mas como agentes debatedores de conhecimento e disputadores de significados sociais. O mesmo brilhantismo apontado por Chenu (apud

---

<sup>38</sup> Na obra *A bolsa e a vida*, Le Goff (2004) dedica-se a debater outra profissão cidadina também acusada de vender outro atributo divino: a dos banqueiros, pela venda do tempo.

KENNY; PINBORG, 1997) quanto à produção coletiva do conhecimento, aponta Le Goff ao afirmar que a figura do intelectual nasceu nessas instituições urbanas entre o século XII e XIII. O autor compreende que, em maior ou menor grau, muitos desses docentes eram intelectuais críticos, pois “[...] a função intelectual e a 'liberdade' universitária, apesar de suas limitações, os levam a isso, chegando até mesmo no limiar da heresia (LE GOFF, 1989, p.9). Se, por um lado, Chenu valoriza a coletividade da pesquisa, Le Goff, por outro, afirma o nascimento da figura do intelectual a partir do trabalho cidadão: “Sem cair no anacronismo, fui assim levado a definir o novo trabalho intelectual como a união entre a pesquisa e o ensino no espaço urbano [...]” (LE GOFF, 1989, p. 10). E adiante, completa: “Intelectual designa os que fazem do pensar e do ensinar seu pensamento uma profissão” (LE GOFF, 1989, p. 21).

É importante ressaltar que a intelectualidade daqueles docentes não se fazia apenas por “querelas” conceituais, por verdades verbalmente disputadas. Ela dizia respeito também ao plano da ação, como já evidenciado anteriormente, por exemplo, ao continuar um estudo, desprezando uma proibição. Mas aconteciam também ações mais dramáticas, como a realização de greves na defesa de seus interesses.

Tendo por referência autores reconhecidos do estudo do tema, tais como Verger, Torrell e Ullmann, em nossa dissertação de mestrado (CAVALCANTE, 2006, p. 59-64) apontamos greves realizadas pela Universidade de Paris no século XIII. Naquele texto, centramos nossos esforços em apresentar as greves diretamente motivadas pelo conflito entre professores laicos e mendicantes, visto o interesse em investigar o papel dos mendicantes e, notadamente, de Tomás de Aquino, no desenvolvimento da filosofia medieval. A motivação das greves, entretanto, não se restringiu a esse conflito: as greves nasceram junto com a instituição, da defesa de sua autonomia. Nesta aula deteremos nossas palavras ao recorte da defesa da autonomia universitária.

O processo de reconhecimento da Universidade de Paris, segundo Verger (2001) deu-se entre os anos de 1200 e de 1231, recortado documentalmente pela concessão de privilégio pelo rei Felipe Augusto (1200), que consistia na garantia solene à segurança e aos bens dos escolares, passando pelos estatutos de Robert de Courson (1215), que fixava alguns pontos relativos ao funcionamento das escolas e à organização dos estudos, marcado pela bula *Super Speculam* (1219), e culminando com a publicação da bula papal

*Parens Scientiarum* (1231), reconhecida como “o fundamento canônico da autonomia universitária” (VERGER, 2001, p. 203).

Mostramos anteriormente que em 1215 a Universidade de Paris viu reiterada a proibição para a leitura pública dos textos aristotélicos. Esta reiteração se deu por meio dos estatutos de Robert de Courson. Explica Verger (2001) que o texto de 1215 mostra uma comunidade autônoma já bem constituída, dado parecer que o cardeal-legado Robert de Courson, que fora, até 1212, mestre de Teologia em Paris, construiu a carta a partir do legado inspirado pelos próprios mestres da instituição, conferindo a ela um toque pessoal inclinado por interesses do papado. Ou seja: fixava mais precisamente algumas regras (controle) e garantia privilégios (autonomia), visto que toda autoridade residia na assembleia geral dos mestres e ela poderia, doravante, fazer qualquer estatuto ou convenção que se lhe mostrasse útil. Conta Verger (2001) que os mestres não se demoraram em convencionar maior autonomia para a Universidade, provocando a ira e a imediata condenação pelos poderes locais, representados pelo bispo de Paris e pelo Chanceler de Notre-Dame, que não se resignavam à sua perda de autoridade. O papado publicou então a bula *Super Speculam* (1219) entretanto, defende o autor que a sua maior preocupação não era a insatisfação dos poderes locais, mas o avanço do ensino de disciplinas perigosas à salvação das almas.

No contexto de disputa pelo controle da instituição e do conhecimento, em defesa de sua autonomia, a universidade Paris realizou suas primeiras greves, em 1219. A partir daí uma série de intervenções (1221) buscaram frear o processo de autonomia e melhorar relações com os poderes locais. Esse foi o tempo também da incorporação das Ordens Mendicantes à Universidade (VERGER, 2001). Conta Torrell (1999) que mestres e estudantes realizaram uma greve geral entre 1229-1231, inicialmente prevista para durar seis anos, durante a qual as Ordens Mendicantes assumiram o papel de “fura greves”:

Originalmente prevista para durar seis anos, seus efeitos foram rapidamente anunciados pois, desde a retomada das atividades, em setembro de 1229, o dominicano Rolando de Cremona inaugurava sua cátedra de teologia. As ordens mendicantes tiveram assim o papel de fura-greves, e isso, que logo lhes renderia ásperas censuras, não foi estranho à constante degradação das relações, na seqüência, entre eles e os mestres seculares (TORRELL, 1999, p. 45).

Desse modo, antes ainda do “fundamento canônico da autonomia universitária”, Paris conhecia não apenas as greves mas também os fura-greves. Com a proclamação da Bula *Parens Scientiarum* (1231), apesar da jurisdição dos estudantes ter sido reservada ao bispo, bispo e chanceler continuavam hostis à autonomia universitária. O mesmo documento reconhecia aos mestres e estudantes diversos direitos, dentre os quais o direito de greve e, por outro lado, reiterava a proibição do ensino dos textos aristotélicos (VERGER, 2001).

Com essa breve exposição, buscamos cercear a ativa intelectualidade medieval reconhecendo sua atuação, seja em termos de produção do conhecimento e ensino, seja na defesa de sua autonomia institucional. Em outras palavras, sua ação política, por meio de resistência e luta na defesa de seus interesses e na construção de verdades como respostas às questões postas pelas condições cidadinas.

Vimos anteriormente que as proibições ao ensino de Aristóteles foram reiteradas ao longo do século XIII. Do mesmo modo, o ensino desautorizado e as greves também persistiram. Cabe aqui, ainda que de modo breve, apontar os desdobramentos da desqualificação do conhecimento promovida ali por certos agentes do poder. A proibição fatal viria pelas mãos do bispo Etienne Tempier, em 1277, já anunciada em 1270. Com os ânimos acirrados pelas possibilidades heréticas do conhecimento de base aristotélica, os atores reacionários – conservadores neo-agostinianos – encontraram um bode expiatório para sustentar o perigo mortal desse conhecimento, conhecido como o “erro averroísta”. Averróis, islâmico, conhecido então como “O Comentador”, título que lhe conferia a maior autoridade na doutrina de Aristóteles (“O Autor”) foi injustamente acusado de sustentar a unidade do intelecto, ou seja, de defender a proposição de que haveria uma só alma para todos homens. O “erro” foi primeiro, em 1250, elaborado de forma genérica por Alberto Magno, depois, em 1252, por Robert Kilwardby e, finalmente, por Boaventura. Segundo essa elaboração, os “averroístas latinos” insistiam em não conciliar Aristóteles e as escrituras, motivo pelo qual o documento de 1270 condenava treze teses explicitamente averroístas. Essa condenação gerou uma grave crise na Faculdade de Artes, acirrando a oposição doutrinal, que levou, por meio de um inquérito rápido e incoerente à condenação de 219 teses consideradas errôneas, em 1277 (TORRELL apud CAVALCANTE, 2006). Essa condenação irrestrita implicou inclusive mendicantes, como o Frade Pregador Tomás de Aquino, que gozava de imensa

popularidade junto aos mestres de Artes, e significou o fim dos esforços não apenas de construção de uma filosofia puramente racionalista mas também de síntese entre fé e a razão e, com isso, o fim da grandiosidade da Universidade de Paris<sup>39</sup>, cuja Faculdade de Teologia submeteu-se à tradição agostiniana, enquanto a contribuição aristotélica foi extirpada da Faculdade de Artes (VERGER apud CAVALCANTE, 2006, p. 73).

Le Goff (1989) lembra que o Papado foi responsável pela defesa da gratuidade de ensino, seja de forma ampla – pela compreensão da impossibilidade de vender atributo divino – seja de modo mais restrito – sustentando ao menos para os que não pudessem pagar – ao contrário da defesa laica. Explicita também que, a partir do final do século XIII, destacou-se em diversas universidades, inicialmente em Bolonha e Pádua, uma tendência à aristocratização da universidade, através do recrutamento do corpo universitário por meio da hereditariedade, por meio de privilégios concedidos especialmente para filhos de mestres, como a concessão gratuita aos exames, a gratuidade no ensino ou mesmo da reserva limitada do número de vagas para mestres. Afirma o autor que, ao mesmo tempo em que essas medidas contribuíam para desqualificar o conhecimento universitário, também deram ao meio universitário uma das características essenciais da nobreza: a hereditariedade, tornando-o uma casta. Com a ciência transformada em posse, principalmente em França, esses personagens não mais desejam ser confundido com trabalhadores, alimentando desprezo pelo trabalho manual e aquilatando-se como “intelectuais”, processo agravado com o Humanismo. “Assim se consuma o divórcio, previsto na escolástica, entre a teoria e a prática, entre a ciência e a técnica” (LE GOFF, 1989, p. 100). Atentemo-nos às palavras do autor:

Assim, os humanistas abandonam uma das tarefas capitais do intelectual: o contato com a massa, o laço entre a ciência e o ensino. Sem dúvida, a Renascença, a longo prazo, trará para a humanidade a seara de um trabalho orgulhoso e solitário. Sua ciência, suas idéias, suas obras-primas alimentarão mais tarde o progresso humano. Mas ela é, num primeiro momento, uma retração, um recuo. Até a invenção da imprensa, antes de se expandir por toda parte a cultura escrita, é apenas um retraimento na difusão do pensamento [...] Nada mais

---

<sup>39</sup> Apesar do brilho de Paris acabar, as contribuições de Averróis e Tomás de Aquino sobreviveram à condenação e foram, em outras universidades, ponto de partida para pesquisas fecundas. Consultar: VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

impressionante que o contraste entre as imagens que representam o intelectual da Idade Média e o humanista trabalhando. Um é o professor, retratado em sua aula, cercado de alunos, cercado por bancos onde se comprime o seu auditório. O outro é um sábio solitário, dentro de seu gabinete tranquilo, à vontade em meio a um aposento amplo e opulento, onde se movem livremente os seus pensamentos. No primeiro caso, há o tumulto das escolas, a poeira das salas, a indiferença pela decoração no ambiente de trabalho coletivo, enquanto, no segundo, 'Lá tudo é ordem e beleza, Luxo calma e voluptuosidade' (LE GOFF, 1989, p. 123).

Ao contrário da disposição da instituição para a práxis da intelectualidade e da autonomia apresentada no século XIII, a tendência assumida pelas universidades no crepúsculo da Idade Média revelam um alinhamento reacionário, que nos levam a propor uma brincadeira com a seguinte citação de Le Goff:

Um dos grandes riscos dos intelectuais escolásticos é o de formar uma tecnocracia intelectual. É assim que os mestres universitários se apoderam, em fins do século XIII, de altos cargos eclesiásticos e laicos. Eles são bispos, arcebispos, cônegos, conselheiros, ministros. É a era dos doutores, teólogos e legistas. Uma franco-maçonaria universitária sonha dirigir a Cristandade (LE GOFF, 1989, p. 93).

A brincadeira consiste em suprimir trechos e trocar uma palavra, para permitirmo-nos parafrasear o autor e refletir sobre o nosso tempo, com esse resultado:

Um dos grandes riscos dos intelectuais [...] é o de formar uma tecnocracia intelectual. É assim que os mestres universitários se apoderam [...] de altos cargos [...]. Eles são [...] conselheiros, ministros. É a era dos doutores [...] e legistas. Uma franco-maçonaria universitária sonha dirigir [...] (a nação?).

### **Considerações finais**

Voltando-nos ao tempo presente, compreendendo que a nossa autonomia e a nossa intelectualidade, apesar de diferirem da medieval, guardam também possibilidades de resistência e enfrentamento diante dos poderes instituídos. Do mesmo modo que lá havia a dualidade da proteção da Santa Sé, aqui temos a dualidade da proteção do Estado, haja vista que são seus agentes, representando esferas golpistas, que buscam barrar – entre outros direitos e conquistas sociais – a autonomia universitária, aceitando o argumento de desqualificação do conhecimento científico e, por outro lado, a defesa é assumida pelos

professores *das e nas* instituições públicas de educação superior<sup>40</sup>. É claro que a universidade pode ser hoje um cavalo de Troia, como apontava Le Goff (1989) para a instituição do século XIII. É viável que essa reação de insubordinação universitária possa assumir o caráter de defesa corporativa, entretanto, parece reverberar uma imensa pesquisa coletiva da verdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 11 jun. 2018.

CAVALCANTE, Tatyana Murer. **Aspectos educacionais da obra de Santo Tomás de Aquino no contexto escolástico-universitário do século XIII**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. 8ª ed. 2ª tir. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KENNY, Anthony; PINBORG, Jan. Medieval philosophical literature. In: KRETZMANN, Norman; KENNY, Anthony; PINBORG, Jan (edit). **The Cambridge History of Later Medieval Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 11-42.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais na Idade Média**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TORRELL, Jean-Pierre. **Iniciação a Santo Tomás de Aquino: Sua pessoa e sua obra**. São Paulo: Loyola, 1999.

ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **A universidade medieval**. 2ª ed., rev. e aum. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru: EDUSC, 2001.

---

<sup>40</sup> A exceção encontrada foi a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).